UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

DHARANA PÉROLA RICARDO SESTINI

**A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o
golpe militar de 1964**

São Paulo
2008

DHARANA PÉROLA RICARDO SESTINI

A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas para obtenção do título
de mestre em História Social.

Área de concentração: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida de
Aquino

São Paulo
2008

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S494 Sestini, Dharana Pérola Ricardo
A "mulher brasileira" em ação: motivações e imperativos para o Golpe militar de 1964 / Dharana Pérola Ricardo Sestini; orientadora Maria Aparecida de Aquino. -- São Paulo, 2008.
132 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História Social. Área de concentração: História Social) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. Mulheres (Aspectos sociopolíticos; História) – Brasil (Década de 60; Século 20). 2. União Cívica Feminina de São Paulo. 3. Golpe de 1964. I. Título.

21ª. CDD 981.063

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dharana Pérola Ricardo Sestini

A “mulher brasileira” em ação:
motivações e imperativos para o
golpe militar de 1964.

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de mestre.

Área de concentração: História Social

Aprovado em: 28 de janeiro de 2008

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino (orientadora)

Instituição: Universidade de São Paulo

Assinatura: _____

Prof. Dr. Antônio Rago Filho

Instituição: Pontifícia Universidade de São Paulo Assinatura: _____

Profa. Dra. Sara Albieri

Instituição: Universidade de São Paulo

Assinatura: _____

Esse trabalho é dedicado:

Aos meus pais, Marcos e Mariza (*in memoriam*), pelo exemplo de coragem diante das adversidades da vida.

Aos meus tios, Marcos e Valéria, por sempre confiarem em mim de maneira completa e incondicional.

Ao André e a Luiza, que sempre foram presentes.

AGRADECIMENTOS

Tudo e todos são frutos do compartilhar e do interagir, da troca e do aprender trocar. Mesmo a pesquisa acadêmica, que em alguns momentos parece tão solitária, está envolta de inúmeras contribuições anônimas ou não. A algumas dessas pessoas não posso deixar de agradecer.

À minha orientadora, Maria Aparecida de Aquino, que depositou em mim sua confiança. Desde o início, quando me recebeu em sua casa, foi uma pessoa que aprendi a admirar pela coerência como ser humano e pela capacidade quase infinita de transformar as adversidades em novas etapas.

Aos meus amigos e companheiros de pós-graduação, Admar Mendes, Wilma Antunes Maciel, Letícia Nunes de Moraes e Walter Cruz Swensson Júnior, pela disposição em compartilhar os caminhos já traçados para que os tropeços fossem menores.

À Mariana Joffily, pelas leituras, sugestões, companheirismo infinito e disposição constante.

À Cláudia Gusson, pelo companheirismo e os auxílios nas traduções.

À Aline Alves Presot e Janaína Cordeiro, que estudam temas afins e não hesitaram em partilhar experiências.

Ao Professor Mike McCullough, que me enviou material inédito no Brasil e esteve disposto ao diálogo propiciando reflexões muito importantes para pesquisa.

À Professora Margaret Power, que foi muito gentil e atenciosa em responder às ansiedades de uma pesquisadora jovem em relação aos nossos temas afins.

À Sra Maria Leonor Saad, que me recebeu gentilmente em seu escritório na Rádio e Televisão Bandeirantes, cedendo material de pesquisa, e à Sra. Maria de Barros Figueiredo Ferraz, pela disponibilidade de falar.

À diretoria da União Cívica Feminina de São Paulo, na pessoa de Dona Gisela Guisard Milliet e Dona Maria Paula Caetano da Silva.

À Revista Família Cristã, que autorizou acesso irrestrito ao acervo, especialmente à Irmã Ires Pontin, diretora de redação da revista e dona de uma sensibilidade às questões sociais que a torna uma pessoa essencial para o mundo.

Aos professores da Banca de Qualificação, Profa. Dra. Sara Albieri e Prof. Dr. Antônio Rago Filho, agradeço imensamente as leituras e sugestões, que tentei ao máximo

utilizar. Deixo aqui minha admiração pela competência acadêmica e seriedade profissional e pessoal.

Ao Marcus Salinas, pelas transcrições competentes e cuidadosas, fundamentais para utilização do material em tempo hábil para conclusão do trabalho, e pela disposição e prontidão admiráveis.

À Marina Macêdo Mendes, que além de amiga de muitos anos, colaborou com a revisão do texto.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação do Departamento de História, pelo atendimento atencioso e eficiente.

Finalmente, essencial foi a bolsa de estudos concedida pelo CNPq, sem a qual a finalização desta pesquisa seria impossível dentro dos prazos regulares; por isso sou extremamente grata ao órgão financiador.

Algumas outras pessoas foram fundamentais, do ponto de vista pessoal, para conclusão deste trabalho.

À casa das meninas, um abrigo cheio de doçura na cidade grande e ainda inóspita: a Alinye e os socorros com o computador; a Cacá e seu constante entusiasmo; a Rosangela e tudo que sempre compartilhamos; a Mariana que me ouviu desde o começo, acompanhou todas as angústias e medos fazendo do nosso dia-a-dia uma eterna delícia; a Helen que com sua ternura de sempre não apenas incentivou o caminhar, mas caminhou junto mesmo quando tivemos um oceano a nos separar.

A minha amiga Camila, que tem a incrível capacidade de estar presente nos momentos cruciais da minha vida e sempre ter a coisa certa para dizer.

A minha irmã Indra, pelo simples fato de ser irmã, de compartilhar a mesma origem, de ser feita da mesma matéria e de saber das delícias e das durezas do nosso crescer.

Ao meu pai Marcos, por conhecer e compreender até mesmo o que desconheço sobre o que sou. E por ter paciência com a minha teimosia infinita.

A meu tio Marcos e minha tia Valéria, que sempre estiveram na minha vida e que, junto com a Laís, foram os incentivadores de tudo que eu fiz de melhor.

Ao André, meu amigo de sempre, meu presente que virou passado e futuro. Com quem compartilho o inferno e paraíso nosso de todo dia e com quem divido a maior

aventura de todos os tempos: a Luiza, e a ela peço desculpas pelas ausências e também agradeço pela inspiração e por tudo que tem me ensinado.

Por fim, a minha mãe, que não pode esperar para ver o resultado de sua dedicação e de seu desejo de ver as filhas crescerem, mas foi quem nos deu o que há de mais valioso: o desejo de aprender.

SESTINI, D.P.R. A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964. 2008. 132 f. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RESUMO

Existe no Brasil dos anos de 1960 um projeto de “mulher brasileira” em vigor entre os setores conservadores das camadas médias e altas. Uma mulher dócil, elegante, caridosa, religiosa e que ocupa um lugar social específico: o espaço doméstico. A “mulher brasileira”, que surge vivamente das páginas da *Revista Família Cristã*, ao zelar pelo bem-estar do lar, filhos e marido perpetua essa visão do mundo para as novas gerações, conservando, desta maneira, seu espaço na sociedade. Foi baseada nessa visão de mulher que se formaram as entidades femininas, entre as quais destaca-se a União Cívica Feminina de São Paulo, fundada em fevereiro de 1962. As entidades femininas tiveram na “mulher brasileira” e no anticomunismo alicerces fundamentais para sua formação e suas ações públicas, sendo que a principal delas foi a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, realizada em 19 de março de 1964, em São Paulo. A manifestação representou a sinalização para as Forças Armadas de que teriam apoio da sociedade civil para o golpe militar, além de significar a materialização da visão do mundo de um grupo social. A “Marcha” foi convocada em nome de dona Leonor Mendes de Barros, esposa do governador Adhemar de Barros, que reunia em sua figura os atributos da mulher brasileira ideal, realizando, portanto, a concretização da “mulher brasileira” desenhada pelas entidades.

Palavras-chave: Regime militar, apoio civil, mulher brasileira, entidades femininas, Revista Família Cristã.

SESTINI, D.P.R. The **“Brazilian woman” in action: motivations and imperatives for the 1964 military coup**. 2008. 132 f. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ABSTRACT

In 1960's there was in Brazil a project of "Brazilian woman" within conservative sectors of the middle and high classes. A docile, elegant, gentle, religious woman that occupies a specific social role: the domestic role. The "Brazilian woman", which is frequently one of the subjects of the pages of *Família Cristã* Magazine, when watching over for well-being of the home, children and husband, perpetuates this vision of the world for the new generations maintaining, in such way, its role in society. Based on this vision of woman, feminine entities were formed, like the União Cívica Feminina de São Paulo established in February of 1962. These entities had in the "Brazilian woman" and the anticommunism the basic foundations for its formation and public actions, like the "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" in 19 of March of 1964 in São Paulo. The manifestation indicated to the Army that they would have support from the civil society on the military coup, meaning the materialization of the vision of the world of a social group. The "Marcha" was convoked on behalf of Mrs. Leonor Mendes de Barros, wife of governor Adhemar de Barros, who congregated in its figure the attributes of the ideal "Brazilian woman" carrying through, therefore, the consolidation of the Brazilian woman envisioned by the entities.

Keywords: Military regimen, civil support, Brazilian woman, feminine entities, Família Cristã magazine.

SUMÁRIO

Apresentação	12
Capítulo I - A mulher brasileira em ação: a União Cívica Feminina de São Paulo	26
1. Contexto político e social da fundação das entidades femininas	26
2. A fundação da UCF-SP	32
3. Outras entidades	38
4. Trajetória	41
5. Visão do mundo.....	44
Capítulo II - Esposa, Mãe e Anjo: a visão da mulher católica dos anos 60	47
1. A Revista Família Cristã.....	47
2. A imagem da mulher no espaço privado	49
3. A imagem da mulher no espaço público	57
4. Temas políticos para mulheres	62
Capítulo III - Um Ato de fé numa hora de trevas: a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”	71
1. Antecedentes da “Marcha”	71
2. São Paulo vai à “Marcha”.....	77
3. As “Marchas” pelo Brasil	82
4. Elementos sociais da “Marcha”	84
5. A Primeira-dama das “Marchas”	88
Considerações Finais	94
Anexo A: Lista de entidades que aderiam à “Marcha”	99
Anexo B: Prece a Anchieta.....	109
Anexo C: Revista Família Cristã.....	113
Anexo D: “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”	125
Anexo E: Dona Leonor Mendes de Barros.....	129

Apresentação

*Dizem que as mãos trazem escrito,
Na fina trama das suas linhas,
Um vaticínio inevitável.
Dizem. E eu creio que tudo,
Tudo o que fomos e o que seremos
— a nossa história, o nosso destino —
tudo está escrito, graças a Deus,
Mulher Paulista, nas tuas mãos.
(Guilherme de Almeida)*

Muito se fala a respeito de como entender o movimento militar de 1964 que derrubou o governo Goulart e instituiu o regime militar. O pensamento conservador, que se destaca pela defesa do movimento "natural" de evolução da sociedade e pela negação de rupturas bruscas que comprometam a ordem política e social (BOBBIO, 2000: 245), representa-se no contexto de 1964 por setores das Forças Armadas, da Igreja Católica e parcelas da sociedade civil, que apoiaram o golpe militar. Estes setores, cujo pensamento é alvo desta pesquisa, apontam o movimento militar de 1964 como a “Revolução de 1964”. Em entrevista a Maria Celina D’Araujo, o General Carlos Meira Mattos declarou que “se não fosse o apoio civil, poderíamos dizer que a Revolução de 64 foi um golpe militar. Mas ninguém pode dizer que foi um golpe militar, porque houve manifestações civis enormes para derrubar o governo João Goulart em São Paulo e aqui no Rio” (D’ARAUJO, 2004: 108).

No entanto, de acordo com Bobbio, o conceito de Revolução pressupõe a transformação efetiva de setores da sociedade e o surgimento de uma nova ordem política, econômica e social:

Revolução é a tentativa, acompanhada do uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera sócio-econômica (BOBBIO, 2000: 1121).

Segundo esta definição, não acreditamos que se possa compreender o golpe militar de 1964 como uma “Revolução”. Isto porque foi resultado da união de setores das Forças Armadas, do empresariado representado pelo IPES e IBAD e de setores da sociedade civil em prol da contenção das chamadas Reformas de Base tão alardeadas por Goulart¹, ou seja, contra o reformismo e a favor da manutenção da ordem, da propriedade e da religião.

Em entrevista, o General Adyr Fiúza de Castro foi claro quando afirmou a inexistência de um projeto político para o Brasil pós-64: “todos os grupos eram unânimes em saber o que não queriam: não queriam uma república popular instalada no Brasil. Quanto ao que queriam, aí divergiam muito” (D’ARAUJO, 2004: 155). E mais à frente declara ainda que os militares nem teriam condições para isso naquele momento e que queriam apenas afastar Goulart do poder (D’ARAUJO, 2004: 159).

Por outro lado, alguns autores discordam tanto da aplicação do conceito de Revolução quanto de golpe de Estado:

Revolução ou golpe de Estado? Ambos são movimentos com características distintas e inadequadas – por ampliação no primeiro caso e por simplificação no segundo – para explicar os acontecimentos anteriores e posteriores à derrubada de Jango em 1964. O conceito de revolução, com os contornos modernos e mais precisos que recebeu a partir da teoria marxista, supõe a ação revolucionária como um instrumento de transformação nas relações políticas, sociais e culturais, no ordenamento jurídico-institucional e na estrutura econômica. Historicamente, no plano da ação política, as revoluções têm-se dado com o emprego da violência e alteração de domínio de classe no aparelho de Estado. O golpe de Estado,

¹ As Reformas de Base foram a bandeira do governo Goulart desde a fase parlamentarista, e eram consideradas prioridade para o desenvolvimento do país. Entre elas estavam a reforma agrária, administrativa, constitucional, eleitoral, bancária, tributária e universitária. No Comício da Central do Brasil, realizado no dia 13 de março de 1964 no Rio de Janeiro, o presidente Goulart anuncia medidas efetivas para implementar as Reformas de Base.

sem as motivações ideológicas de uma revolução, limita-se a um movimento das elites políticas e visa à substituição de autoridades, para restabelecer a hegemonia de alianças políticas mais fortes entre a própria classe dominante. Como regra, não altera os marcos constitucionais e nem opera mudanças substanciais nos mecanismos jurídicos, políticos, econômicos ou sociais (DHBB, verbete Revolução de 1964).

Porém, ainda que as mudanças substanciais às quais se referem os autores não tenham ocorrido, também não houve mudança significativa da composição dos setores sociais dominantes no país. Por esta razão, optou-se neste trabalho por tratar a intervenção militar como golpe de Estado.

As mulheres que estiveram na fundação da União Cívica Feminina de São Paulo, primeira entidade feminina fundada no contexto dos anos 60, pensam 1964 como a “revolução” que evitou o golpe de João Goulart e a instauração de uma “república popular” ou “sindicalista” e a conseqüente ruptura que isso significaria. No entanto, nas falas é possível identificar premissas que levam a crer que seus imperativos iam em direção a um golpe militar.

A União Cívica Feminina de São Paulo (UCF-SP) foi fundada em fevereiro de 1962 a partir de, segundo Maria Paula Caetano da Silva, uma de suas integrantes, “reuniões com jornalistas cariocas que falavam sobre as ameaças que nos cercavam – o ‘Partidão’ – e suas organizações de base que já minavam nossos meios de comunicação”, e com o propósito de “alertar a opinião pública para a pressão que as famílias brasileiras estavam sofrendo e ao mesmo tempo revigorar princípios e ideais sempre defendidos no Brasil cristão e democrático” (Pronunciamento de aniversário de 30 anos da UCF-SP. Maria Paula Caetano da Silva. São Paulo, 1992: 3). Seguindo estes passos vieram logo após a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), no Rio de Janeiro, a Liga da Mulher Democrata, em

Belo Horizonte (LIMDE), além de outras unidades da UCF no interior paulista e em outros estados do Brasil.

Essas entidades femininas foram organizadas e patrocinadas pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)², instituição formada por intelectuais e setores do empresariado de direita interessados em desmobilizar o governo de João Goulart e que trabalhavam junto ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)³. O trabalho de René Armand Dreifuss (DREIFUSS, 1981) analisa de maneira bastante ampla esta questão e, dentro da visão do autor, as associações seriam um braço ideológico do complexo IPES/IBAD, responsáveis pela difusão da idéia de que a "mulher brasileira" precisa defender a pátria do perigo comunista. Segundo o autor, "o complexo IPES/IBAD representava a fase política dos interesses empresariais" (DREIFUSS, 1981: 161).

Setores mais conservadores das Forças Armadas já haviam cogitado a possibilidade de golpe em outros momentos (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985:53-59)⁴ e, diante do contexto de conturbação política que isolava cada vez mais o presidente João

² Segundo o verbete relativo ao IPES do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB), desenvolvido e organizado pelo Centro de Documentação em História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), trata-se de uma "*Organização de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo estruturada no decorrer de 1961 e fundada oficialmente em 2 de fevereiro de 1962, com o objetivo de 'defender a liberdade pessoal e da empresa, ameaçada pelo plano de socialização dormente no seio do governo João Goulart', através de um 'aperfeiçoamento de consciência cívica e democrática do povo'. Após o triunfo do movimento militar de março de 1964, de cuja preparação participou ativamente, reduziu suas atividades, desaparecendo completamente em 1972.*" ABREU, Alzira Alves. et alii (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2001. Versão Multimídia. Verbetes IPES.

³ Segundo o DHBB, O IBAD foi uma "*Organização fundada em 1959 por Ivam Hasslocher com o objetivo de conter a propagação do comunismo no Brasil. Financiado por contribuições de empresários brasileiros e estrangeiros, intensificou sua ação a partir de 1962 através da Ação Democrática Popular (Adep), sua subsidiária que interveio ativamente na campanha eleitoral daquele ano, patrocinando candidatos que faziam oposição ao presidente João Goulart.*" Idem, verbete IBAD.

⁴ Segundo a publicação, as Forças Armadas, seguindo sua tradição intervencionista, já havia cogitado em outros momentos a possibilidade do golpe militar: em 1945, ao final do Estado Novo; em 1954, ao final do segundo governo Vargas; em 1956, antes da posse de Juscelino Kubitschek; e em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros.

Goulart, a mobilização da população civil em função do suposto perigo comunista representado pelo governo era a peça que faltava para o cenário da intervenção militar estar definitivamente montado. Coube às entidades femininas esta tarefa e, para isso, as mulheres voltaram seus olhares e suas ações, buscando, de maneira paralela a essa mobilização, construir a idéia de que somente a “mulher brasileira”, mãe e dona-de-casa, poderia salvar a nação da ameaça provável. Caberia a elas, então, sair do lar, de onde já eram protetoras da família, para agora proteger a nação.

As motivações pelas quais as entidades femininas foram criadas e os imperativos que as colocaram nas ruas, reivindicando a intervenção dos militares na política brasileira, corroboram a idéia de que a denominação de golpe de Estado seja apropriada. Na documentação existente na UCF-SP e nas entrevistas que realizamos, o anticomunismo aparece como centro dos temores e como propulsor da movimentação feminina em prol da intervenção militar. Este temor possuía tamanha força e era considerado tão ameaçador, que as mulheres seriam capazes de pedir a intervenção militar de maneira rápida e violenta, se fosse necessário:

Foi o estímulo. O medo do que a gente conhece do comunismo era muito grande. É até hoje! Mas ali era iminente porque as coisas estavam pretas: eles estavam matando gente em nome desse ideal russo que não tinha nada a ver conosco! (Entrevista com dona Maria Violeta Maciel de Castro, gravada pela autora em 5/12/2006, na casa da entrevistada).

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (MOTTA, 2002), o anticomunismo brasileiro tem origem, principalmente, na “Intentona Comunista” de 1935, movimento civil-militar que teve entre as principais lideranças Luiz Carlos Prestes e o Partido Comunista. Pretendiam depor o presidente Getúlio Vargas e tomar o poder, constituindo um governo socialista. O fracasso da tentativa desencadeou uma reação anticomunista que significou, segundo Motta, a primeira grande “onda” anticomunista (MOTTA, 2002: 193). Também a

Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, proveniente da Escola Superior de Guerra (ESG), vem corroborar o sentimento anticomunista no Brasil, pressupondo a existência de um “inimigo interno” (ALVES, 2005: 31). A partir de seminários promovidos pela ESG, civis eram preparados para disseminar, por meio da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, o anticomunismo na sociedade civil, e fomentar este temor que aparece tão fortemente na fundação das entidades femininas no contexto dos anos 60.

Segundo Maria Helena Moreira Alves, a Ideologia de Segurança Nacional, contida na Doutrina, representa “um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não democráticos de um modelo altamente explorador e dependente” (ALVES, 2005: 27). O Estado brasileiro pós-64, segundo esta autora, é um Estado de Segurança Nacional, baseado no binômio *segurança* – o combate à subversão e ao inimigo interno e externo – e *desenvolvimento* – crescimento econômico atendendo aos interesses das classes dominantes que apoiaram o golpe militar.

A tão aclamada “Revolução” continha as características de um verdadeiro golpe militar, mantendo o poder entre as elites que sempre o detiveram. Do mesmo modo, após a instituição do regime militar as entidades femininas o apoiaram em sua totalidade. O discurso de dona Maria Violeta Sousa Leite⁵, que esteve nos primeiros momentos da fundação da UCF-SP, deixa claro o apoio aos meios de repressão do regime militar:

A ditadura não foi uma ditadura muito de verdade também porque você vê: tinha congresso aberto, judiciário funcionando... Onde está a ditadura? O pessoal chama de ditadura porque quer se glorificar como guerrilheiro, esses que andavam de espingarda na mão (...). Foi um governo ditatorial de fato, mas foi um ditatorial manso. Eu nunca tinha ouvido falar em

⁵ No período estudado, D. Maria Violeta tinha o sobrenome de Maciel de Castro; após divorciar-se mudou para o nome atual. Nos documentos da entidade ela aparece com o nome de casada.

ditadura assim. Por mais que você leia história, a única ditadura que não fechou congresso, que não fechou judiciário, não arrumou um paredão para matar pessoas, foi aqui no Brasil. E agora ainda paga indenização dos agentes que saíam matando a gente que estava trabalhando, cuidando da vida, sabe? (Entrevista gravada pela autora em 05/12/2006, na casa da entrevistada).

Ainda que o pensamento corrente da época retratasse a mulher como exemplo máximo de sensibilidade e delicadeza, foram essas mesmas mulheres que clamaram não apenas por uma intervenção momentânea, mas por um golpe militar propriamente dito e com todas as suas prerrogativas de violação dos direitos humanos e sociais, como fica claro na entrevista citada acima.

Em diversos discursos, homenagens e panfletos dessas entidades femininas aparecem referências à “mulher brasileira”, sempre dotada de características dóceis e sensíveis e, ao mesmo tempo, com a missão de agir diante da iminente ameaça comunista do governo Goulart. Para buscar a maneira como a mulher é representada e a visão do mundo veiculada no contexto da criação das entidades femininas, analisamos a *Revista Família Cristã*.

A *Revista Família Cristã* teve seu primeiro número editado no Brasil em 1934, dois anos após a chegada das Irmãs Paulinas no país seguindo a missão da Família Paulina, criada em 1927 na Itália para divulgar o catolicismo pelos meios de comunicação⁶. Trata-se de uma revista da Igreja Católica voltada para o público feminino, logicamente a um público letrado e com condições econômicas de comprar as revistas e, portanto, pertencendo às camadas médias e altas da sociedade brasileira. Consideramos essa publicação uma fonte primorosa, pois, além de revelar o ideal de mulher buscado pelo setor social analisado nesta pesquisa, a revista apresenta uma visão do mundo própria deste segmento da sociedade. A *Revista Família Cristã*, que possuía tiragem mensal, foi lida

⁶ Conforme consta no site www.paulinas.org.br/fc/historico. Verificado em 26 de maio de 2007.

integralmente entre 1962, data de fundação da UCF-SP, e 1964, momento em que se deu o golpe militar e que, supostamente, a entidade teria tido seus interesses atendidos.

No período analisado o enfoque central é a preparação da mulher para suas funções de esposa, mãe e religiosa, assemelhando-se, inclusive, a um “manual moral”. Em um artigo intitulado “Elegância e dignidade” o autor recomenda à leitora que “Forme seu gosto pessoal e escolha feitios seus que saibam unir o bom gosto e o decoro. Faça de seu corpo um objeto de respeito, reflexo da nobreza de sua alma.” (FC, Janeiro/1962: 13). Em outro momento, numa matéria especial sob o título “Preparação para o matrimônio”, o autor, que assina como Monsenhor de Barros Barreto, diz:

Como é séria a fase do noviciado do amor! Como é grave a responsabilidade sobre a preparação de um futuro feliz pela pureza no tempo do noivado! É mister que a noiva se imponha pela pureza, seriedade e auto-controle. É de máxima importância e de sumo interesse para ela que o noivo a considere uma rainha, sinta-lhe a alma como um halo benéfico de pureza e de vida, reconheça-a como um ser superior. (FC, março/1963: 14)⁷.

Cabe ressaltar que a *Revista Família Cristã* sofreu muitas modificações em sua linha editorial, acompanhando as mudanças da sociedade brasileira. Consiste hoje numa revista bastante diversificada que abarca temas cristãos, sociais e políticos com alto nível de informação, bastante diferente do período analisado.

A visão de mulher presente no material analisado da *Revista Família Cristã* nos fornece um aspecto constituinte da visão do mundo presente na entidade. O conceito de visão do mundo, segundo Lucien Goldmann, está ligado ao grupo social ao qual os indivíduos pertencem. Segundo ele, os sujeitos não agem de maneira individual, pois desta maneira seu pensamento não atinge coerência:

⁷ Foi conservada a grafia original do texto sem as atualizações gramaticais e usou-se FC para indicar que a citação é proveniente da *Revista Família Cristã*.

Uma visão do mundo é um ponto de vista coerente e unitário sobre o conjunto da realidade. Ora, o pensamento dos indivíduos – com pequenas exceções – é raramente coerente e unitário. Submetido a uma infinidade de influências, sofrendo a ação não somente dos mais diversos meios como também da constituição fisiológica no mais amplo sentido, o pensamento e o modo de sentir dos indivíduos se aproximam sempre mais ou menos de certa coerência, mas não a atingem senão excepcionalmente (GOLDMANN, 1979: 73).

De maneira coletiva, segundo a visão do mundo do grupo, os indivíduos conseguiriam atingir tal coerência: “Ela [a visão do mundo] é o sistema de pensamento que, em certas condições, se impõe a um grupo de homens que se encontram em situações econômicas e sociais análogas, isto é, a certas classes sociais” (GOLDMANN, 1979: 73).

A partir de elementos norteadores, como o anticomunismo e a visão de mulher, pode-se pensar no aspecto motivador da formação das entidades femininas. Da mesma maneira, pode-se pensar nestes mesmos aspectos como elementos que movem à ação de um grupo social de maneira coletiva e, neste sentido, o grupo poderia agir como classe.

A documentação utilizada como fonte é proveniente da própria entidade estudada, consiste em atas de reuniões, panfletos de campanhas cívicas, panfletos de divulgação da entidade, discursos em eventos comemorativos. Além disso, também é utilizado o fundo Adhemar de Barros, que reúne a documentação doada por familiares ao Arquivo Público do Estado de São Paulo. Nele se encontram homenagens, entrevistas a jornais e revistas, além de mensagens comemorativas. São, portanto, documentos produzidos pelos atores no momento em que as ações transcorriam, e é dessa maneira que o olhar dos pesquisadores o percorrem.

A utilização da *Revista Família Cristã* vem complementar a pesquisa no sentido em que fornece a visão do mundo em que as entidades estavam alicerçadas. A partir deste material pode-se vislumbrar a idéia que as entidades femininas faziam da mulher, e como

se organizaram para preservá-la. É preciso considerar, no entanto, que a revista tem circulação dentro de um público restrito composto, predominantemente, por mulheres católicas e que possuíam condições socioeconômicas para adquirir e ler as revistas.

São utilizadas também fontes orais, que desempenharam um importante papel como fonte de informação privilegiada sobre os eventos concernentes ao período, assim como uma das portas através da qual adentramos, buscando melhor perscrutar a visão do mundo do objeto de pesquisa. Foram entrevistadas senhoras que participaram, de diferentes maneiras, da fundação da UCF-SP e da organização da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, assim como familiares e amigos de dona Leonor Mendes de Barros. As entrevistas não tiveram a intenção de reconstituir histórias de vida e sim buscar visões de um momento histórico específico e de seus atores.

O método de História Oral tem sido utilizado com abordagens diversas, que incluem o tratamento dos depoimentos como história de vida e o uso das entrevistas na sua totalidade como parte integrante dos resultados da pesquisa⁸. No âmbito da história política destaca-se o trabalho desenvolvido pelo Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), que foi desenvolvido e implantado para estudar primeiramente história política brasileira⁹.

⁸ Para usos da História Oral nesta direção, ver THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 2ª. ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 1998 e MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (org.). *(Re) introduzindo história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

⁹ O primeiro projeto de pesquisa chamou-se “Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras” e tinha o objetivo de “estudar o processo de montagem do Estado brasileiro, permitindo inclusive compreender como se chegara ao regime militar brasileiro” (ALBERTI, 2004: 20). Posteriormente foram desenvolvidos também projetos de entrevistas com militares brasileiros que fizeram parte do governo militar. Buscava-se o ponto de vista desses atores sobre o golpe de 1964, a repressão durante o regime militar e a abertura política. O resultado foi uma contribuição fundamental à história política brasileira e está reunido principalmente em: D’ARAÚJO, Maria Celina et al. (orgs.) *Visões do Golpe. A Memória Militar sobre 1964*. Rio de Janeiro:

Segundo esse referencial pode-se entender a história oral como:

...um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo (ALBERTI, 2004:18).

Dentro desta concepção, a história oral toma forma de documento histórico no sentido de fornecer a maneira pela qual o passado é apreendido pelos indivíduos que o viveram e, da mesma maneira, como são interpretados os acontecimentos testemunhados.

Esta pesquisa de mestrado vem se juntar a outras contribuições ao estudo do apoio da sociedade civil ao golpe militar de 1964 e, mais especificamente, à temática da organização das mulheres em entidades femininas a fim de reivindicar e apoiar a intervenção.

Primeiramente, não se pode deixar de mencionar o estudo monumental de René Armand Dreifuss 1964: *A conquista do Estado – Ação Política, poder e golpe de classe*¹⁰. O autor empreende um estudo das forças sociais emergentes no Brasil desde a formação do populismo até o golpe militar de 1964.

No campo da pesquisa a respeito das entidades femininas destaca-se o trabalho de Solange de Deus Simões, intitulado *Deus, Pátria e Família – As Mulheres no Golpe de 1964*, realizado na Universidade Federal de Minas Gerais em 1984¹¹. A autora busca compreender a participação das mulheres na política brasileira dentro do recorte histórico do golpe de 1964. Para isso apresenta a formação de algumas entidades femininas e

Relume-Dumará, 1994; D'ARAUJO Maria Celina et. al. (orgs.) *Os Anos de Chumbo. A Memória Militar sobre a Repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; D'ARAUJO, Maria Celina et. al. (orgs.) *A Volta aos Quartéis. A Memória Militar sobre a Abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. Além disso, uma entrevista memorável com Ernesto Geisel também fez parte destes projetos e resultou no volume D'ARAUJO, Maria Celina & CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

¹⁰ Publicado pela Editora Vozes em 1981.

¹¹ Publicado pela Editora Vozes em 1985.

caracteriza a atuação destes grupos no contexto do golpe e do regime militar. Ao longo do trabalho a autora conclui que:

Analizando o significado da atuação política dos grupos femininos CAMDE, LIMDE, etc., em relação ao contexto mais geral de crescente participação das mulheres na sociedade e na política, concluímos que aqueles movimentos não implicaram na promoção das mulheres em novas áreas de atuação nem numa ampliação dos seus direitos de cidadania. A participação de ‘mães’ na política poderia ter legitimado também a atuação pública das mulheres em geral. Isto não se deu porque transferiram para o público o papel desempenhado pelas mulheres no privado e, após 1964, para o Estado, o que deveria ter sido desempenhado publicamente (SIMÕES, 1985:140).

Ainda nessa linha está o trabalho de Heloisa Maria Murgel Starling, *Os senhores das Gerais – Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*, pesquisa realizada na Universidade Federal de Minas Gerais em 1985¹². A autora aborda a formação do IPES em Minas Gerais, cujos articuladores foram chamados de *novos inconfidentes*, e passa pela atuação das mulheres mineiras que, organizadas na LIMDE, contribuíram para desestabilização do governo Goulart. Segundo ela

Em Minas a “mística feminina”, habilmente manipulada a nível nacional pelo IPES, encharcou-se por assim dizer de “mineiridade”. As mulheres mineiras se expressaram politicamente e, em primeiro lugar, como mães e donas de casa mineiras e como mães e donas da casa mineira, isto é, enquanto guardiãs dos valores tradicionais e “intocáveis” das Minas Gerais (STARLING, 1986:154). (Grifos no original).

Por outro lado temos a contribuição de Evelyn Chaves Silva, que defendeu a dissertação de mestrado *Memória, esquecimento e imaginário social nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade*, em 2002, na Universidade do Rio de Janeiro. A autora se dedicou à análise da construção da memória das “Marchas” ao longo dos anos. Segundo ela, as comemorações de aniversário da “Marcha” foram tornando-se raras e isso se explica pelo fato de que “a nossa sociedade procura não lembrar o que aconteceu nos idos de 1964,

¹² Publicado pela Editora Vozes em 1986.

na medida em que as Marchas podem ser tomadas com um ato legitimador do golpe” (SILVA, 2002:6).

Na mesma direção está a dissertação de mestrado intitulada *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2004, por Aline Alves Presot. Neste trabalho a autora faz um levantamento das “Marchas” que aconteceram no Brasil e realiza uma investigação acerca do caráter social da manifestação, assim como da re-significação dos discursos após o golpe militar de 1964. Segundo Presot, “Além de fenômeno ideologicamente inspirado, evidenciou-se sobretudo a realização desse acontecimento como momento de produção e difusão de sentido, expressão de conflitos sociais até então velados” (PRESOT, 2004:108). No entanto, os sentidos das Marchas foram se alterando ao longo dos anos e, finalmente, “aquela comunidade de imaginação foi se enfraquecendo a partir da confusão formada pelos desvios de interesses dos diversos segmentos que a formaram” (PRESOT, 2004: 106).

A presente pesquisa pretende lançar um olhar sobre a UCF-SP, primeira entidade feminina a ser fundada dentro do contexto de combate ao inimigo interno – representado pelo comunismo – e, desta maneira, verificar os pressupostos de sua fundação. Além disso, tratando-se de uma entidade feminina, pretende-se buscar as raízes da idéia de “mulher brasileira” em que a entidade se baseava, assim como verificar sobre qual visão do mundo ancoravam-se suas ações. Para tanto, a discussão está dividida em três capítulos:

O primeiro capítulo – *A mulher brasileira em ação* – discorrerá sobre o contexto político e social do surgimento das entidades femininas, sobre as condições sociais da fundação da União Cívica Feminina de São Paulo em fevereiro de 1962 e sua trajetória após o golpe militar. A partir das entrevistas com as fundadoras e da documentação da

entidade, discutiremos as motivações para a criação de uma entidade deste gênero e a existência de uma visão do mundo em torno da qual a entidade se afirma. Buscaremos os elementos presentes nesta visão que representem a idéia de mulher construída pela entidade.

No segundo capítulo – *Esposa, mãe e anjo* – o foco recairá sobre o material da *Revista Família Cristã*. O perfil da “mulher brasileira” que a revista afirmava e que foi alicerce das entidades femininas, especialmente a UCF-SP, será o objetivo desta análise. Será observada a construção da visão de mulher no âmbito do espaço privado, público e nos assuntos políticos direcionados às mulheres. Faremos também uma análise da visão do mundo presente neste material e de suas ligações com as atividades da UCF-SP, sendo a principal delas a organização da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, em São Paulo, em 19 de março de 1964.

O terceiro capítulo – *Um ato de fé numa hora de trevas* – será dedicado à “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Reconstituiremos o momento da realização do protesto e discutiremos seus elementos sociais enquanto manifestação pública da luta pela manutenção de uma visão do mundo. Também neste capítulo faremos um apanhado da importância de dona Leonor Mendes de Barros, em nome de quem a “Marcha” foi convocada, como imagem da “mulher brasileira” ideal.

Capítulo I - A mulher brasileira em ação: a União Cívica Feminina de São Paulo

**MULHER! A PÁTRIA
ESTÁ EM SUAS MÃOS!**

Folheto explicativo sobre a União Cívica Feminina de São Paulo

1. Contexto político e social da fundação das entidades femininas

O golpe militar de 1964 fundamentou-se, diante da sociedade civil, em um contexto de crise econômica e instabilidade política que proporcionou terreno favorável à guinada autoritária. Este cenário, de acordo com alguns autores, é analisado segundo a inserção do Brasil no desenvolvimento capitalista mundial, que faria imperativa a necessidade de mudança na política interna.

Nesta direção está a interpretação de Maria Helena Moreira Alves (ALVES, 2005)¹³. Segundo a autora, o processo de mudança da dinâmica entre Estado e oposição no Brasil deve ser analisado no contexto da inserção do Brasil na economia mundial. No período em

¹³ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru: EDUSC, 2005. Um estudo contundente a respeito da relação dialética entre o Estado de Segurança Nacional, implantado no Brasil a partir de 1964, e a oposição criada pela sociedade civil. Trabalho que resultou da pesquisa de doutorado desenvolvida no MIT, EUA, publicado pela primeira vez no Brasil pela Editora Vozes, em 1984.

questão, de acordo com esta visão, o Brasil vivia a fase do desenvolvimento dependente associado ao capital externo:

A situação de dependência impõe portanto um complexo relacionamento entre desenvolvimento capitalista local e a expansão de todo um sistema capitalista, disso resultando que o controle sobre o processo permanece nas mãos de protagonistas e instituições internas e externas à nação (ALVES, 2005:23).

Essa situação perpetua as desigualdades internas inerentes ao desenvolvimento capitalista mundial:

O que ela [a situação de dependência] efetivamente implica, na melhor das hipóteses, é um processo de desenvolvimento distorcido: mantêm-se sem solução consideráveis problemas sociais como desigualdades regionais, graves disparidades na distribuição de renda, altos índices de desemprego e níveis de vida aberrantemente baixos para a maioria da população (ALVES, 2005:23).

Ainda segundo esta visão, esse contexto está intimamente ligado à conspiração civil-militar de 1964 que culminou no golpe militar e na deposição do presidente João Goulart. O governo Goulart vinha praticando uma política claramente nacionalista de apoio a setores não vinculados ao capital estrangeiro e de controle dos investimentos multinacionais no Brasil e remessas de lucros (ALVES, 2005:24). A política brasileira ia, deste modo, em sentido contrário à tendência do desenvolvimento capitalista mundial dominante. Junto a isso, crescia no Brasil a organização e a mobilização de camadas populares – Ligas Camponesas¹⁴, sindicatos de trabalhadores urbanos – colocando no cenário político nacional setores até então alijados do processo decisório, o que contribuiria para trazer à tona conflitos fundamentais da sociedade brasileira:

Pelo final dos anos 50 e início dos anos 60, aumentara significativamente a mobilização de setores anteriormente marginalizados da população

¹⁴ Movimento de trabalhadores do campo que reivindicava a garantia dos direitos camponeses. A Primeira Liga Camponesa foi criada em Pernambuco nos anos 50, mas o movimento expandiu-se a partir dos anos 60, sob a liderança do advogado e deputado pelo Partido Socialista Brasileiro Francisco Julião. A este respeito ver também AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*. São Paulo: Paz e Terra, 1972.

brasileira. Sindicatos rurais e ligas camponesas formaram-se em regiões agrícolas. Trabalhadores urbanos organizaram-se no interior da estrutura sindical oficial ou em movimentos paralelos que estenderam sua coordenação para diferentes categorias (RIDENTI, 1993: 24-26).

As camadas dominantes, ao perceberem essa crise, desenvolveram uma saída autoritária baseada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, formulada pela Escola Superior de Guerra (ESG) com a colaboração do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Em sua teoria continha uma forte idéia de combate ao inimigo interno por meio da guerra de subversão interna, além de um amplo planejamento para uma estrutura autoritária de governo. Segundo Maria Helena Moreira Alves: “Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais” (ALVES, 2005: 42).

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento procurou legitimar-se pelas conturbações políticas e econômicas do governo Goulart. Para tanto, foi desenvolvido um complexo civil-militar, composto por ESG, IPES e pelo IBAD. Tal complexo contribuiu para a criação das condições necessárias para o sucesso da intervenção militar de 1964:

E é nesse contexto que podemos compreender a ideologia de segurança nacional: um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não-democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente (ALVES, 2005:27).

Ao tomarmos outros trabalhos, encontramos uma visão distinta. Sob o ponto de vista das Forças Armadas, o anticomunismo é explicação comum para as motivações militares do golpe, principalmente no que diz respeito à entrada do comunismo nas Forças Armadas.

Maria Celina D’Araújo, Celso Castro e Gláucio Ary Dillon Soares coordenaram um projeto no CPDOC de entrevistas com militares que ocuparam postos ao longo do Regime

Militar. Por meio destas entrevistas pode-se conhecer a visão dos militares acerca da intervenção e do regime militar, assim como da abertura política¹⁵.

Os autores observam que, para os militares, o sentimento anticomunista do período adapta-se à conjuntura internacional do pós-II Guerra Mundial. Os militares acreditavam que João Goulart pretendia instalar uma república sindicalista ou popular no Brasil e contribuir para quebrar os pilares da hierarquia e da disciplina militar (D'ARAÚJO, 1994: 11-13)¹⁶. Segundo eles:

A profundidade da crise que afetou a hierarquia e a disciplina militar das Forças Armadas talvez seja a principal razão para que 64 não tenha sido apenas mais uma intervenção “moderadora” dos militares na política, a exemplo de diversas anteriores (D'ARAUJO, 1994: 14).

Alguns eventos, segundo os militares, contribuíram de forma decisiva para a concretização do sentimento de desrespeito à hierarquia e à disciplina: a Revolta dos Sargentos, em setembro de 1963, que se posicionava contra a reafirmação da inelegibilidade dos sargentos e que provocou uma concentração e diversas prisões em Brasília; no ano seguinte acontece a Revolta dos Marinheiros, resistência à ordem de prisão expedida pelo ministro da Marinha em 25 de março de 1964, após a comemoração, considerada ilegal, dos marinheiros e fuzileiros navais pelo segundo aniversário de sua associação (D'ARAUJO, 1994). Essa resistência recebeu o apoio do presidente João Goulart e foi encarada pelas Forças Armadas como a quebra dos pilares da hierarquia das Forças

¹⁵ O projeto desenvolvido pelo CPDOC foi composto inicialmente por três volumes: D'ARAÚJO, Maria Celina et al. (orgs.). *Visões do Golpe. A Memória Militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; D'ARAÚJO, Maria Celina et al. (orgs.). *Os Anos de Chumbo. A Memória Militar sobre a Repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.; D'ARAÚJO, Maria Celina et al. (orgs.). *A Volta aos Quartéis. A Memória Militar sobre a Abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. Posteriormente Maria Celina D'Araújo e Celso Castro realizaram uma longa entrevista com Ernesto Geisel, que foi publicada após a morte do ex-presidente em 1997 em D'ARAÚJO, Maria Celina. CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

¹⁶ Em diversos momentos das entrevistas aparecem referências à “república sindicalista” a que o Brasil estava sujeito a se transformar. Segundo o ponto de vista dos militares entrevistados, seria esta a causa principal para a intervenção militar.

Armadas e a prova das inclinações comunistas do presidente (ABREU, 2001: verbete Revolta dos Marinheiros)¹⁷.

Além disso, aparecem na memória dos entrevistados militares o discurso do presidente João Goulart na Central do Brasil em 13 de março e o discurso no Automóvel Clube, para uma platéia de Sargentos, em 30 de março. Ambos foram considerados exaltados e reforçaram a tese de que o presidente tinha inclinações comunistas, sendo considerado, portanto, perigoso.

Os militares envolvidos na conspiração e na posterior manutenção do regime militar argumentam que a sociedade civil teve papel central nos acontecimentos políticos de 1964. Segundo o Coronel Leônidas Pires Gonçalves, “a Revolução saiu sob pressão da sociedade civil. Não podemos esquecer disto” (D’ARAUJO, 1994:127). Este pensamento indica que os militares percebiam não apenas o apoio da sociedade civil como também uma reivindicação pela intervenção militar por parte de alguns setores sociais.

Diante desta visão, pode-se perceber que para se compreender a intervenção militar de 1964 é preciso estudar o pensamento dos setores conservadores da sociedade civil deste contexto. A importância do estudo destes setores é ressaltada por Motta¹⁸ da seguinte maneira:

O esforço de pesquisar os grupos conservadores revela-se extremamente necessário, tendo em vista que é essencial avaliar corretamente sua influência para compreender nossa história política, mormente quando

¹⁷ Esses eventos são citados em diversas entrevistas, sempre com a afirmação de que contribuíram muito fortemente para o sentimento de quebra da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas.

¹⁸ O autor fez uma análise do anticomunismo na sociedade brasileira, realizando um estudo comparativo entre os dois contextos em que ocorreram grandes surtos anticomunistas – 1935-1937 e 1961-1964 – sendo que, em ambos os casos, o anticomunismo foi usado para justificar golpes e medidas repressivas contra a esquerda (p. XXII) e, em 1964, a participação das mulheres é uma forte característica (p.241).

consideramos a centralidade de seu papel na condução dos destinos do Brasil (MOTTA, 2002: p. XXIII).

Neste sentido, ainda que os militares sejam atores principais da intervenção militar de 1964, setores das camadas dominantes da sociedade civil são também categorias importantes, se não fundamentais, a serem consideradas e estudadas.

René Armand Dreifuss (DREIFUSS, 1981) foi pioneiro no estudo da influência de algumas agremiações civis na conspiração que levou à intervenção militar de 1964. O IPES e o IBAD, segundo Dreifuss¹⁹, representam a organização das elites empresariais em torno do direcionamento da política em função de seus interesses. Dito de outro modo, o autor entende que o complexo IPES/IBAD tenha sido o instrumento das elites civis para agir dentro da sociedade civil e, através desta, criar novos meios de transformar sua ideologia em ação política (DREIFUSS, 1981: 282). Segundo Dreifuss:

Taticamente o complexo IPES/IBAD estava engajado em uma vasta campanha que procurava manipular a opinião pública e doutrinar as forças sociais empresariais, modelando esses interesses em uma classe “para si”. Além disso, ele estava envolvido em uma abrangente campanha que visava impedir a solidariedade das classes trabalhadoras, conter a sindicalização e mobilização dos camponeses, apoiar as clivagens ideológicas de direita na estrutura eclesiástica, desagregar o movimento estudantil e bloquear as forças nacional-reformistas no Congresso e, ao mesmo tempo, mobilizar as classes médias como a massa de manobra da própria elite orgânica (DREIFUSS, 1981: 281).

As entidades femininas criadas no contexto dos anos 60 tiveram, em sua maioria, a estruturação facilitada pelo complexo IPES/IBAD através de financiamentos e direcionamentos políticos, tornando-se, desta maneira, um instrumento efetivo de ação ideológica da elite empresarial (DREIFUSS, 1981: 294-295). Segundo o autor, “A

¹⁹ Dreifuss destaca o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) que, segundo ele, foi criado em fins da década de 50 por setores do empresariado e das Forças Armadas com propósito de “defender a democracia” (p. 102). Além disso, destaca-se também o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) que, segundo o autor, criado no contexto da renúncia de Jânio Quadros em 1961, contava inicialmente com homens de negócios de São Paulo unidos pelos interesses econômicos multinacionais e pelo forte anticomunismo (p. 162 e 163). Posteriormente essas entidades ganharam projeção nacional e tornaram-se um complexo, o complexo IPES/IBAD, que agiu em diversos momentos na conspiração civil-militar que antecedeu o golpe de 1964.

mobilização das mulheres asseguraria parte significativa da caixa de ressonância, uma máquina poderosa e de grande alcance” (DREIFUSS, 1981: 294).

A mobilização dava-se em defesa de valores tradicionais da sociedade brasileira: religiosidade, pátria e família. Isso aparece muito claramente nos documentos da União Cívica Feminina de São Paulo (UCF-SP), primeira entidade fundada: “Queríamos alertar a opinião pública para a pressão que as famílias brasileiras estavam sofrendo e ao mesmo tempo revigorar princípios e ideais sempre defendidos no Brasil cristão e democrático.” (Pronunciamento de aniversário de 30 anos da UCF-SP. Maria Paula Caetano da Silva. São Paulo, 1992: 3).

Esses valores estariam sendo ameaçados pelas tendências comunistas do governo Goulart. Segundo Motta:

Organizaram-se para defender valores tradicionais, que acreditavam estar sendo ameaçados pelo avanço do comunismo. A participação das entidades femininas na campanha anticomunista provocou forte impacto, à medida que elas mobilizaram um grupo social numeroso e influente (MOTTA, 2002: 241).

2. A fundação da UCF-SP

Reuniões entre jornalistas e mulheres da sociedade paulistana foram o mote inicial da fundação da UCF-SP. Os jornalistas eram de diversos jornais do eixo Rio-São Paulo²⁰ e vinham alertá-las da iminência da “Revolução Comunista”. Essas reuniões contavam com a

²⁰ Principalmente do *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *O Estado de São Paulo*. Este último já apoiava o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), liderado por Antonieta Pellegrini, irmã do proprietário do Jornal, Júlio de Mesquita. Este movimento já possuía dez anos de atuação e até então não participava da política, centrava-se no auxílio às donas-de-casa para lidarem com o recente mercado de bens de consumo, praticava campanhas de controle de preços e pesquisa de atendimento ao cliente. (Entrevista com dona Maria Paula Caetano da Silva, gravada pela autora, em 26/09/2006, na sede da UCF-SP e SIMÕES, 1985:35).

presença de políticos e religiosos paulistas²¹ que compactuavam com o medo da ameaça comunista, tema central das abordagens dos jornalistas.

Dona Maria Paula Caetano da Silva esteve em todas as reuniões de fundação da UCF-SP, exerceu o cargo de secretária da entidade durante os anos da fundação da entidade até o golpe de 1964, foi responsável por dinamizar a fundação da UCF na cidade de Santos e participou ativamente da organização da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” em São Paulo e em Santos. Além disso, esteve na entidade durante todos os anos do regime autoritário, tendo se afastado recentemente, porém permanecendo próxima às diretoras. Segundo ela, “a entidade formou-se assim: um grupo de jornalistas do Rio, de vários jornais, com os jornalistas aqui de São Paulo resolveram fazer uma série de palestras sobre assuntos de atualidade” (Entrevista gravada pela autora, em 26/09/2006, na sede da UCF-SP). Foi por meio dessas reuniões que as informações sobre o “perigo comunista” que ameaçava o Brasil foram disseminadas entre as mulheres, o que as motivou a se agruparem nas entidades femininas.

Segundo dona Maria Violeta Souza Leite, sócia fundadora da UCF-SP, a idéia de entidade feminina que mobilizasse as mulheres pela preservação da família partiu dela, quando era funcionária do IPES em São Paulo. Tradutora, intérprete e secretária do IPES, dona Maria Violeta tinha contato com os relatórios produzidos pelos membros do Instituto e esteve bem atenta quanto aos estudos que apontavam a possibilidade da entrada do comunismo no Brasil: “Enquanto as mulheres não se mexerem vocês não vão a lugar algum!” (entrevista gravada pela autora, em 05/12/2006, na casa da entrevistada), dizia ela aos homens do IPES.

²¹ Entre eles, membros da Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI), entidade congênere do IPES (SIMÕES, 1985: 28).

Iniciaram então as reuniões com os jornalistas de diversos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo para fomentar a criação de uma entidade cívica feminina:

Essas reuniões, elas foram feitas num clube no centro, quer dizer, mais ou menos no centro, que era o Clube Escandinavo na Rua Nestor Pestana. E esses jornalistas, eles dividiam os assuntos sobre o que estava acontecendo e vinham fazer a palestra, mas num tom de aula. Era uma coisa improvisada porque nenhum deles era professor nem nada, mas eles viam aquelas senhoras todas... (Entrevista com dona Maria Paula Caetano da Silva, gravada pela autora, em 26/09/2006, na sede da UCF-SP).

Em documento da entidade consta que “a União Cívica Feminina foi fundada em São Paulo, no princípio de 1962, por um grupo de mulheres conscientes da gravidade das crises sociais, políticas e econômicas” (Folheto explicativo sobre a União Cívica Feminina, sem data). Procuravam congregiar esposas e amigas dos empresários e militares paulistanos, grupo que daria origem à primeira configuração da UCF-SP, e as palestras eram sempre no sentido de alertar quanto aos perigos que a ameaça comunista oferecia às famílias brasileiras e à religião.

Também segundo dona Amália Ruth Borges Shimidh, sócia da UCF-SP no período de sua fundação, a motivação partiu seguindo o desejo de obter um espaço para que as mulheres pudessem se reunir e aprender sobre a democracia:

As minhas amigas contaram: “Estamos fundando uma entidade só para mulheres” porque os homens tinham espaços para se reunir... Tinha a Sociedade Rural Brasileira, tinha isso e aquilo e as mulheres não tinham! A não ser aquelas entidades de trabalho social. Ali foi para mim uma possibilidade: pelo menos eu, mulher, posso dizer que pertencço a uma organização que vai promover conhecimento, vai explicar o que é democracia, vamos ter pessoas fazendo palestras, saber quais são os nossos deveres, quais são os nossos direitos. O governo, como é que é, a constituição, o que é que é... Ninguém sabia o que era constituição! Hoje não. Hoje até nas escolas públicas, nos primeiros anos, eles já mostram o que é o artigo quinto da Constituição, isso e aquilo... Eu achei ótimo! (entrevista com dona Amália Ruth Borges Shimidh, gravada pela autora, em 25/09/2007, na casa da entrevistada).

Segundo dona Maria Paula, a criação da UCF-SP sempre esteve ligada às motivações de proteção da pátria contra o comunismo ateu:

O que se poderia fazer para segurar a caminhada dos "sem Deus"? Então seria uma entidade. Seria uma associação. Mas não era interessante a gente fazer logo uma associação pública para não provocar a ira dos poderosos. Então nasceu a União Cívica de boca. Ela só existia com o nome e se reunia pra cá, pra lá... Ainda não tinha sede. (Entrevista com dona Maria Paula Caetano da Silva, gravada pela autora, em 26/09/2006, na sede da UCF-SP).

A “caminhada dos sem Deus” é uma referência clara ao comunismo que, supostamente, estaria ameaçando a sociedade brasileira. Esta ameaça era percebida por meio das notícias que chegavam de países como Cuba e URSS:

(...) todas elas (todas as entidades femininas) se englobaram nessa causa de rezarmos juntas para preservar os valores que nós chamávamos de “valores permanentes” que seriam a democracia do Brasil, o direito individual e a família. Como nós víamos, naquela época, o que estava acontecendo nos países da então União Soviética e sabíamos por inúmeros depoimentos do que estava começando a acontecer em Cuba por meio de exilados que vinham para cá e nos contavam que as Igrejas tinham sido transformadas em depósitos de colchões! Eu mesma vi fotografias. Isso nos países da antiga União Soviética já tinha acontecido há muito tempo. Eu mesma tinha vários testemunhos disso. Pessoalmente eu não me conformava com isso! (entrevista com dona Amália Ruth Borges Shimidh, gravada pela autora, em 25/09/2007 na casa da entrevistada).

Elas imaginavam também que poderiam sofrer represálias por parte dos comunistas e, por isso, tiveram como estratégia iniciar os trabalhos da entidade ainda sem sede própria. Da mesma maneira, a dinamização das demais entidades em outros estados e cidades brasileiras sempre aconteceria com nomes diferentes, para dificultar uma possível perseguição política por parte do governo João Goulart.

A UCF-SP surge então como a união das mulheres em torno da idéia de ação contra o comunismo e com um caráter de entidade permanente:

(...) Foi a grande diferença entre a União Cívica de São Paulo e as demais associações em outros estados. Também organizações femininas agiram, mas basta dizer que o nosso nome era uma coisa definitiva porque União

Cívica Feminina não tem tempo marcado. Movimento-democrático-não-sei-do-quê, campanha democrática... São coisas que existem momentaneamente. O nosso não. (Entrevista com dona Maria Paula Caetano da Silva, gravada pela autora, em 26/09/2006, na sede da UCF-SP).

Inicialmente, segundo dona Maria Paula, não pretendiam a quebra da legalidade, e sim a reordenação política e social para as novas eleições em 1965:

O momento em que para nós não tinha saída, a não ser pela revolução, já foi depois da União Cívica. A União Cívica foi criada para organizar e preparar a limpeza do governo para a chegada de Carlos Lacerda em 65. Sem revolução, sem quebra da ordem. Nada! Só que depois foi atropelado pelas coisas do Jango. Essas senhoras que começavam a se interessar mais por política e aí tinha as muito, muito apaixonadas... (Entrevista com dona Maria Paula Caetano da Silva, gravada pela autora, em 26/09/2006, na sede da UCF-SP).

Quando perceberam, no entanto, que “as coisas do Jango” poderiam significar o comunismo, não titubearam em conspirar: “o movimento da Revolução foi todo concatenado com a União Cívica. Nós tínhamos ligações com militares, com empresários, com políticos, jornalistas... Tudo caminhou junto” (Entrevista com dona Maria Violeta Sousa Leite, gravada pela autora, em 05/12/2006, na casa da entrevistada).

A organização da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, em 19 de março de 1964, representou o ponto alto da entidade e é apontada pelos militares como a sinalização, por parte da sociedade civil, que o golpe militar teria respaldo e apoio popular. A entidade deslocou toda sua força de mobilização para este evento, que é considerado a “verdadeira revolução”: “A revolução autêntica não se deu a 31, mas a 19 de março. E não fizeram os ricos, nem os patrões. Foi tua mãe quem a fez, pensando em ti, para que tu continuasses livre, e em regime de livre iniciativa pudesse construir um futuro esplendoroso do grande Brasil de amanhã” (Marcha da Família com Deus pela Liberdade, 1964²²). Após a

²² Trabalho editorial da União Cívica Feminina de São Paulo a respeito da organização da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, paginação não disponível.

“Marcha” realizada em São Paulo vieram mais sessenta e sete outras por todo o Brasil, todas seguindo o modelo da “Marcha” de São Paulo e incorporando peculiaridades regionais (PRESOT, 2004: 144).

O golpe militar significou a concretização das campanhas iniciadas pela UCF-SP e, portanto, colocou a entidade em posição privilegiada. Pioneira em organização feminina, chegou inclusive a exportar sua experiência de "defesa da democracia". A convite do governo dos EUA, a entidade foi acompanhar a participação das mulheres na eleição de Lyndon Johnson em 1964. A comitiva foi formada por Maria Violeta Sousa Leite²³ e Ivete Silveira, da UCF-SP, Mavy Harmond e Eudóxia Ribeiro Dantas, da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), do Rio de Janeiro, e Gilda Bernardes, da Liga da Mulher Democrata (LIMDE), de Belo Horizonte (Relatório de atividades da UCF-SP no ano de 1964). Participaram da preparação de debates de televisão e das atividades desenvolvidas pelas mulheres nas campanhas eleitorais. Dona Maria Violeta relata que trouxe de lá muitas idéias que foram usadas posteriormente no Brasil²⁴. Já nos EUA a UCF-SP recebeu um convite do presidente do *Chase Manhattan Bank* para ir a Venezuela participar de uma série de programas de rádio:

(...) lá eles tinham a rádio Voice of America que conseguia ultrapassar a barreira que Cuba impunha para as outras emissoras democráticas. Então conseguia transmitir para Cuba, nessa Voice of America. Isso foi depois da Revolução de 1964. Justamente eu fui convidada por ter sido uma das primeiras da União Cívica. (Entrevista com dona Maria Violeta Sousa Leite, gravada pela autora, em 05/12/2006, na casa da entrevistada).

Foi nesta estadia na Venezuela, inclusive, que pela primeira vez aconteceu o encontro de mulheres brasileiras e chilenas, estas últimas interessadas em “aprender” com as

²³ Conforme nota na introdução, optou-se por utilizar o nome atualizado de D. Maria Violeta.

²⁴ Segundo ela, essas idéias foram colocadas em prática no apoio à campanha eleitoral de Paulo Egydio, governador eleito indiretamente que esteve à frente do governo de São Paulo entre 1973 e 1979.

brasileiras como dinamizar a mobilização política feminina que mais tarde seria usada no Chile nas “Marchas das Panelas Vazias”²⁵.

3. Outras entidades

No Rio de Janeiro, a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) surge ainda em 1962, em seguida à UCF-SP, e sob o mesmo prisma: resguardar a família do perigo comunista que rondava a pátria. Seguindo os passos da precursora paulista, inclusive com participação de sócias da UCF-SP, a CAMDE é fruto de reuniões que aconteceram ainda em junho de 1962 entre alguns padres, empresários cariocas e suas esposas ou parentes próximos, quase todas com alguma ligação com o IPES. Segundo dona Amélia Molina Bastos, uma das fundadoras da CAMDE e irmã do General Antônio de Molina, membro do IPES do Rio de Janeiro:

Meu irmão, antes, já tinha tentado me convencer a fundar uma entidade, mas eu não tinha aceitado a idéia. Aí ele e o Glycon de Paiva me contaram como os dois já estavam trabalhando em setores diferentes (o do meu irmão era o de levantamento de opinião pública) e como viam a necessidade de criar uma entidade, que, aliás, já tinha sido fundada um mês antes em São Paulo (Entrevista de dona Amélia Molina Bastos concedida a Stella M. Senra Pollanah em 1967 no Livro de Cabeceira da Mulher: 159-160).

A presença de Glycon de Paiva, líder do IPES carioca, revela a ligação ativa desta entidade na fundação da CAMDE. Na mesma entrevista, dona Amélia Molina Bastos explica como foi a fundação da CAMDE em 1962:

A CAMDE foi fundada aqui nesta casa que você está vendo. Aqui nesta sala. Meu irmão Antônio Mendonça Molina vinha há muito tempo

²⁵ A este respeito ver POWER, Margaret. *Right-wing women in Chile: feminine power and struggle against Allende (1964-1973)*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2002. p. 210. A autora fez um estudo a respeito da mobilização das mulheres chilenas para deposição de Salvador Allende e, segundo suas fontes orais e jornalísticas, as Marchas organizadas pelas brasileiras serviram de exemplo para as chilenas.

trabalhando no Serviço Secreto do Exército contra os comunistas. Mas eu nunca acreditei muito nisso não. Nesse dia, 12 de junho de 1962, eu tinha reunido aqui alguns vizinhos, 22 famílias ao todo. Era parte de um trabalho meu para a Paróquia de Nossa Senhora da Paz; visitava os vizinhos, tentava descobrir seus problemas e os ajudava no que podia. Era um meio de levá-los a freqüentar a missa e aproximá-los da Igreja. Nesse dia o vigário (Frei Leovigildo) disse assim: “Mas a coisa está muito preta. Isto tudo não adianta nada porque a coisa está muito ruim e eu acho que se as mulheres não se meterem nós estamos perdidos.” (Entrevista de dona Amélia Molina Bastos concedida a Stella M. Senra Pollanah em 1967 no Livro de Cabeceira da Mulher: 159).

Com ampla cobertura da mídia carioca, a entidade lançou um manifesto de repúdio à política do governo Goulart e organizou palestras para alertar as mulheres sobre a "real" situação política brasileira (SIMÕES, 1985:31). Segundo dona Eudóxia Ribeiro Dantas, a CAMDE dispunha de uma ampla margem de negociação com a imprensa:

Nessa batalha pela mídia, a CAMDE, agindo rapidamente, procurou as companhias que eram grandes anunciantes, pedindo-lhes que cortassem seus anúncios em jornais cujas notícias tendenciosas prejudicavam, confundindo os leitores naqueles momentos de inquietação (DANTAS, 1998:84).

Para dona Amélia Molina de Bastos, a defesa da pátria contra o comunismo tinha um significado ainda maior: a defesa da Igreja e do catolicismo: “Eu, como sou muito católica, pensei logo: comunismo – ateísmo. Então eu tenho de defender a Igreja.” (Entrevista de dona Amélia Molina Bastos concedida a Stella M. Senra Pollanah em 1967 no Livro de Cabeceira da Mulher: 159).

As demais entidades foram surgindo a partir de articulações da CAMDE em outros estados. Desta maneira, é criada em Belo Horizonte a Liga da Mulher Democrata (LIMDE), que surge discretamente a partir de 1963 e atua, em princípio, de maneira clandestina, pois as mulheres temiam represálias do governo João Goulart:

No princípio se pensou em fundar uma em cada Estado. Mas depois achamos que não convinha, porque se, por exemplo, aqui, naquela situação em que nós estávamos no começo, se a democracia falhasse, então os outros iriam perseguir a CAMDE e acabariam com ela em toda

parte. Então deveriam ter outros nomes. Começamos a escrever para as mulheres de outros Estados, que nos eram indicadas por senhoras das nossas relações, que podiam fundar lá com outro nome. Por exemplo, a LIMDE de Belo Horizonte; era a CAMDE que ia ser fundada lá. Mas nós protelamos a nossa ida, para ver se a iniciativa partia delas. E realmente partiu. Porque nessa altura, quando se fundou a LIMDE (Liga da Mulher pela Democracia) nós já estávamos com seis núcleos em Minas. Mas isso não convinha. Nós queríamos que cada Estado tivesse a sua. Mesmo assim temos 13 núcleos – seis aqui (Rio de Janeiro), um em Santa Catarina e o resto em Minas. (Entrevista de dona Amélia Molina Bastos concedida a Stella M. Senra Pollanah em 1967 no Livro de Cabeceira da Mulher: 161-162).

A participação da LIMDE na empreitada de desestabilização do governo foi bastante representativa. A primeira ação deste grupo foi um protesto contra o congresso da Central Única dos Trabalhadores da América Latina (CUTAL), que seria realizado em Belo Horizonte em janeiro de 1964. As mulheres organizaram cartas de repúdio, protestos públicos, missas e até ameaçaram deitar-se na pista do aeroporto para que os aviões com os convidados não pousassem: “Favor ficar cientes que, quando chegar o avião trazendo esses homens, centenas de mulheres estarão deitadas na pista!” (“A nação que salvou a si mesma”, 1964:106). O resultado foi a transferência do congresso para Brasília e uma vitória significativa do movimento anticomunista, “elas cumpriram a palavra e o avião nunca pousou na capital mineira; em vez disso prosseguiu para Brasília” (“A nação que salvou a si mesma”, 1964:106). Em seguida, usando as mesmas estratégias, a LIMDE impediu Brizola de realizar um discurso em fevereiro de 1964 num evento em Belo Horizonte em favor das Reformas de Base. As mulheres entravam com armas escondidas entre os seios e, já dentro do auditório da secretaria da saúde, onde seria realizado o evento, entregavam aos rapazes (SIMÕES, 1985: 77). Não bastasse isso, elas ocuparam o palanque com terços e orações à mão “exorcizando” a ameaça comunista representada por Brizola:

Quando o Deputado Brizola chegou ao saguão, encontrou-o tão apinhado com 3.000 mulheres que não consegui fazer-se ouvir acima dos ruídos dos rosários e do murmúrio das preces pela libertação da pátria. Saindo,

Brizola viu as ruas igualmente cheias de mulheres rezando até onde a vista podia alcançar. O Deputado Brizola foi impelido para fora de Belo Horizonte, levando no bolso, sem o pronunciar, um dos mais violentos discursos da sua carreira (“A nação que salvou a si mesma”, 1964: 106).

Heloisa Starling em seu estudo acerca do IPES em Minas Gerais passa pela questão da mobilização feminina e, segundo ela, “a concepção de ‘mineiridade’ sempre procurou estimular um comportamento feminino tradicional, social e politicamente passivo” (STARLING, 1986:151). Foi como mães e donas-de-casa que as mulheres mineiras foram às ruas contra a ameaça comunista. Segundo ela, “o ‘surto’ de atividade política em que as mulheres mineiras se envolveram no contexto dos anos 60 deve-se ao fato de que estavam encarando o espaço político com as mesmas prerrogativas do espaço privado” (STARLING, 1986:154).

Além da CAMDE e da LIMDE, fundadas sob influência da UCF-SP, outras entidades também foram criadas sob a mesma égide. A UCF-SP foi responsável pela fundação da Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), no Rio Grande do Sul, a Cruzada Democrática Feminina (CDF), em Pernambuco, além de unidades da UCF no estado de São Paulo (São Carlos, Santos, São Vicente, Santo André, Taubaté e Araraquara) e em alguns outros estados como Paraná e Santa Catarina.

4. Trajetória

As mulheres que, em sua maioria, conheciam apenas o ambiente doméstico e suas tarefas de boa esposa, mãe e dona de casa, repentinamente partiram para as ruas e reivindicaram uma intervenção militar na política brasileira em nome da segurança de seus lares. Para isso foi convocada, em nome de dona Leonor Mendes de Barros, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” em 1964.

Para a felicidade dessas mulheres, não aconteceu apenas uma intervenção na política e sim um golpe militar com expurgos, cassações e mudanças substanciais na sociedade brasileira. Com isso, a possibilidade do comunismo ateu tinha sido contida, as famílias estavam em segurança e suas propriedades também. Pode-se dizer, portanto, que os objetivos das entidades femininas tinham sido atingidos plenamente.

No regime pós-1964, as entidades femininas têm sua permanência garantida por algum tempo realizando conferências, palestras e comemorações cívicas, mas por fim se desagregam ao perceber a ausência de motivações reais para sua existência. A LIMDE, após viver um período de muitas divergências internas, extingue suas atividades ainda em 1964. A CAMDE sobrevive um pouco mais no cenário local e, por fim, declara-se inativa no início dos anos setenta (SIMÕES, 1985: 135-136). O mesmo ocorre com as demais entidades fundadas no contexto dos anos sessenta e com foco no combate ao comunismo.

A UCF é a única a permanecer em atividade ao longo dos anos do regime autoritário, realizando projetos assistenciais e cívicos, cursos, palestras e comemorações. As unidades do interior de São Paulo e de outros estados fixam-se na assistência social para garantir sobrevivência. Foi o caso da cidade de São Carlos, citado por dona Maria Paula: “Ela (dona Jurandira Fehr, dirigente da UCF-São Carlos desde sua fundação) chegou à conclusão que ou ela passava para a assistência social ou ela tinha que fechar a União Cívica. Aí ela optou, ganhou terreno, fez a sede da União Cívica.” (Entrevista com dona Maria Paula Caetano da Silva, gravada pela autora, em 26/09/2006, na sede da UCF-SP).

Em São Paulo a UCF-SP redireciona suas atividades para o mesmo rumo das unidades do interior e coloca a assistência social em primeiro plano. Na visão de dona Maria Violeta, o que aconteceu foi que “depois da Revolução, quando elas sentiram que o

perigo do comunismo tinha passado, pouca gente se interessava. Sobrou pouca gente para ficar na política” (Entrevista com dona Violeta Souza Leite, gravada pela autora em 5/12/2006, na casa da entrevistada). De fato, a UCF-SP dedicou-se muito a cursos, campanhas assistenciais e campanhas cívicas nas escolas municipais e estaduais. Após a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” não mais empreendeu campanhas de intervenção na política propriamente dita.

A entidade manteve o direcionamento político de sua fundação, mas não há continuidade no que diz respeito aos seus objetivos práticos. A idéia de trabalhos cívicos permanece forte, no entanto as propostas de ação são bastante diferentes e, em função disso, nota-se certo desapontamento das senhoras mais antigas pelo fato de a entidade ter se tornado puramente assistencial e não ter mantido sua participação ativa na política e na sociedade brasileira.

Na fala de dona Maria Paula fica claro este desapontamento pelos rumos tomados pela União Cívica após o golpe militar. Segundo ela, seu sonho era fazer da União Cívica “uma escola de líderes”:

Meu sonho de fazer da União Cívica uma escola para dirigentes de entidades... Isso não existe! No nosso tempo o voluntário não existia em geral porque todo o trabalho tinha que ser remunerado, então você não podia contratar um voluntário. (Entrevista com dona Maria Paula Caetano da Silva, gravada pela autora, em 26/09/2006, na sede da UCF-SP).

A escola de liderança era um projeto que visava à manutenção da entidade tal qual foi criada, voltada para atividades de cunho “cívico” e que zelasse pela manutenção da ordem e da “democracia”. Na medida em que a UCF-SP foi se direcionando para o assistencialismo, esses objetivos não puderam ser realizados.

A guinada para assistência social aconteceu um pouco para garantir a própria sobrevivência, afinal, após 1964, a entidade passou a ocupar papel periférico nos acontecimentos políticos até tornar-se definitivamente alheia aos assuntos políticos do país. Além disso, o propósito geral da entidade havia sido atendido: a ameaça do comunismo estava bastante distante e devidamente vigiada pela repressão do governo militar.

5. Visão do mundo

A formação das entidades femininas e a bem-sucedida mobilização das mulheres em prol do golpe militar de 1964 suscitam a questão da existência de uma visão do mundo comum às entidades.

Segundo Lucien Goldmann, os grupos sociais são os verdadeiros sujeitos das ações humanas, sendo que o comportamento individual raramente adquire coerência ao longo de suas ações. Os indivíduos, porém, podem ser parte de diversos grupos sociais com ações em diferentes aspectos da vida social. De acordo com o autor, “esses grupos, sujeitos de ações comuns, podem ser associações econômicas, ou profissionais, familiares, comunidades intelectuais ou religiosas, nacionais, etc.” (GOLDMANN, 1979: 19).

Determinados grupos sociais, os quais o autor denomina *classes sociais*, têm um fundamento econômico que os liga, isso porque, segundo Goldmann, “os homens são obrigados a dedicar a maior parte de suas preocupações e de suas atividades a garantir sua existência e quando se trata das classes dominantes, à conservação de seus privilégios, à gerência e ao aumento de sua fortuna.” (GOLDMANN, 1979: 19). No entanto, esse fundamento econômico comum não é suficiente. É preciso ainda que esses interesses

expressem no plano ideológico uma coerência em seus desejos e aspirações: “Uma visão do mundo é precisamente esse conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúne os membros de um grupo (mais freqüentemente, de uma classe social) e os opõem aos outros grupos.” (GOLDMANN, 1979: 20).

Partindo destes conceitos, pode-se enxergar na UCF-SP um grupo social com uma visão do mundo na qual se reúnem elementos que formam uma coerência entre si. Segundo dona Maria Violeta, o anticomunismo foi um sentimento comum encontrado nas mulheres presentes na fundação da entidade:

O medo do que a gente conhece do comunismo era muito grande. É até hoje! Mas ali era iminente porque as coisas estavam pretas: eles estavam matando gente em nome desse ideal russo que não tinha nada a ver conosco! Aí todo mundo se juntou, fizemos a Marcha e uma porção de coisas bem movimentadas. Mas, depois que passou o perigo, quando os militares assumiram e nós vimos que não havia mais perigo de entrar comunismo, cada um voltou a fazer o que fazia antes. Inclusive, vou dizer: como a maioria das mulheres brasileiras, uma boa parte voltou a jogar buraco! (Entrevista com dona Violeta Maciel de Castro, gravada pela autora em 5/12/2006, na casa da entrevistada).

Dona Violeta destaca também o fato de que as mulheres que estiveram nas entidades femininas ocuparam o espaço público num momento específico e depois se recolheram novamente às suas funções habituais, e isso é revelador de um outro elemento constituinte da visão do mundo da entidade: a visão de mulher, especialmente a mulher católica, agente principal das entidades e da mobilização feminina.

O conceito de mulher presente na entidade feminina é parte de uma visão do mundo fortemente cristalizada nos grupos sociais altos e médios da sociedade brasileira dos anos 60. Formando um arcabouço em coerência com o grupo social a que corresponde, essa visão do mundo representa a mulher como destinada às funções domésticas: cuidados com o lar, educação dos filhos e zelo pelo marido. A imagem, veiculada pela Igreja, pela

imprensa feminina e difundida na família, permanece na educação dos filhos, prolongando-se ao longo das gerações.

A visão do mundo de um grupo social, segundo o autor, é responsável pelo empenho deste grupo na “transformação global da estrutura social ou, pelas classes reacionárias, para manutenção global da estrutura presente” (GOLDMANN, 1979: 19), e é neste segundo caso que a UCF-SP se encaixa. A entidade, desde sua fundação, volta suas ações para a manutenção da estrutura social, econômica e política da maneira que se encontra.

Além de constatar a existência de uma visão do mundo nos grupos sociais, Goldmann acredita que é preciso que exista uma preocupação com as “expressões concretas da visão do mundo”, ou seja, as manifestações de uma determinada visão do mundo e as razões pelas quais elas ocorrem em uma determinada época e lugar (GOLDMANN, 1979: 22). No caso da UCF-SP encontramos na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” um momento de manifestação concreta da visão do mundo da entidade, ocasião na qual o pensamento se transforma em ação e vai ao espaço público travar uma batalha pela manutenção da visão do mundo de seu grupo social.

É na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, em São Paulo, em 19 de março de 1964, que a “mulher brasileira”, representada principalmente por dona Leonor Mendes de Barros, toma o espaço público levando consigo suas prerrogativas do espaço privado: lar, família e religião. É também nesta ocasião que ocorre o momento auge de atuação da UCF-SP enquanto responsável por dinamizar a noção do “perigo comunista” entre as mulheres paulistas.

Capítulo II - Esposa, Mãe e Anjo: a visão da mulher católica dos anos 60

Esposa, mãe e anjo deve ser o tríptico apelativo cobiçado por toda mulher. Apelativos que se resumem numa só palavra: amor.

***Esposa** é o amor que a torna inseparável do companheiro de existência, embora algumas vezes a infidelidade ou impiedade a martirize durante a vida.*

***Mãe** é o amor mais puro que existe sobre a terra. Mãe é doação completa, sem reservas, heróica, muitas vezes, aos próprios filhos.*

***Anjo** é também amor de um coração quase paradisíaco que sabe ver sempre no próximo a expressão e imagem daquele que é a suma e infinita bondade. (FC, Janeiro/1962:27)*

1. A Revista *Família Cristã*

Ao longo dos anos de 1960 foi se firmando um ideal de mulher que contribuiu para fomentar a criação e o desenvolvimento de entidades femininas. Esse perfil está fortemente ligado ao catolicismo e à concepção que a Igreja Católica faz, neste período, da feminilidade, dos atributos femininos, da função da mulher na sociedade e na vida cotidiana. Para ilustrar a idéia veiculada no contexto dos anos 60 pelas entidades femininas, recorreremos à *Revista Família Cristã*, periódico católico editado no Brasil desde 1934²⁶.

No decorrer destes setenta e três anos de existência a revista viveu diversos momentos em sua linha editorial, e atualmente constitui-se numa publicação com ampla diversidade de informações, abrangendo um público bem variado com relação ao sexo, à raça, à idade e ao grupo social e mantendo, é claro, o conteúdo religioso que lhe é inerente. Na edição de

²⁶ Dados conforme o site: <http://www.paulinas.org.br/fc/historico.asp> em 10/03/2007.

março de 2007, em que a visita do Papa Bento XVI ao Brasil é destaque, o editorial reforça a opção da revista:

Nossa redação, ao escolher e elaborar temas, em sua variedade, cuida do aspecto da informação e tenta conduzir a uma reflexão que favoreça ao ser humano em sua relação com os demais. Tem presente os valores que não se pode perder. (...) A REVISTA FAMÍLIA CRISTÃ ressalta o protagonismo dos que lutam em favor da comunidade, como a liderança das mulheres camponesas; os missionários da Amazônia; os fóruns sociais no seu empenho de pensar um outro mundo possível. (FC, Março/2007:3)

Essa publicação, no período que esse estudo pretende examinar, apresenta, contudo, um perfil bastante distinto do acima reproduzido. Neste caso, trata-se de uma revista essencialmente voltada para a religiosidade e dirigida a um público bem específico: as mulheres.

Foram analisadas todas as edições mensais dos anos de 1962, 1963 e 1964. As revistas iniciam-se com um editorial, em que o diretor de redação responde a uma carta de leitor – quase sempre uma leitora, na verdade – e geralmente trata-se de uma temática moral ou de costumes que reflete as normas de comportamentos da época. Na edição de Agosto de 1962 uma carta vinha com a seguinte pergunta: “Será possível que esses benditos homens devam ser sempre servidos e adorados?” (FC, Agosto/1962: 05). A leitora contava que seu marido exigia que ela estivesse sempre à porta e bem arrumada no momento em que chegava do trabalho, mas ela não conseguia atender o desejo por estar ainda envolta às atividades domésticas neste horário. Na resposta, o diretor coloca que “Diante do marido a mulher deve-se apresentar sempre bem, como uma rainha. Quando descuida disso renuncia a um dos meios mais fortes e, ao mesmo tempo, mais simples para manter vivo o amor” (FC, Agosto/1962: 05). Mais a frente cita passagens da Bíblia Sagrada para provar que “a mulher deve parecer mais bonita na própria casa do que fora dela” (FC,

Agosto/1962: 05) e que a leitora deveria ficar honrada de ter um marido que fizesse essa exigência.

Além disso, a revista é composta por algumas seções mensais que variam de um ano para o outro, por exemplo, “como fazer o seu lar feliz”, que reúne dicas de comportamentos para a mulher cuidar do lar e da família: “Saiba compreender o espôso, animando-o em seus empreendimentos e interessando-se por suas realizações e projetos. Rodeie-o de respeito, dignidade e afeto” (FC, Janeiro/1964: 24). Outra seção recorrente é “Confie-me seu problema”, que reúne inquietações dos leitores acerca de temas diversos que incluem política, religião, moral e costumes. Na edição de novembro de 1962, um leitor anônimo pergunta sobre a dialética marxista e o autor responde que “podemos dizer que a dialética marxista se reduz a um conjunto de sensismo, materialismo e naturalismo que dá como resultado a irrelição, a anarquia e o comunismo.” (FC, Novembro, 1962: 12).

Outras seções, como “Etiqueta no lar”, mostram como colocar uma boa mesa de jantar ou como receber amigos do marido de maneira adequada. Também uma fotonovela de cunho bíblico, uma novela, uma coluna de humor e diversas reportagens. Tem-se, desta maneira, uma busca em fazer do lar um espaço poético, sendo inclusive um espaço tal qual um oásis à alma masculina.

2. A imagem da mulher no espaço privado

O universo feminino, ao qual a revista se destina, centra-se no âmbito do espaço privado focando, desta maneira, o lar, o casamento, a preservação dos valores religiosos e morais e, por fim, a realização da maternidade.

A matéria especial intitulada “A beleza da Família Cristã” delimita este espaço feminino:

(...) A mulher vê no fruto do seu amor a coroa de seus sonhos de maternidade. (...) A mãe, coração da família, colaboradora do homem, reparte carinho e ternura, e circunda o lar naquela atmosfera de bondade e alegria, e une a todos pelo amor materno. (FC, Março, 1963: 16)

A articulação entre as seções mensais e as matérias especiais forma uma espécie de manual moral para a mulher que pretende fazer um bom casamento e para a dona de casa manter seu lar, marido e filhos felizes, limpos e bem cuidados:

Para além das horas atuais que nenhuma nuvem escurece, abrem-se aos teus olhos de moça as risonhas perspectivas do futuro. Visão imprecisa e, por isso mesmo, mais encantadora.

Dia virá em que serás escolhida a rainha e a Providência de um lar. Esse lar, grande ou modesto, deverás torná-lo feliz. O papel da mulher é simples e sublime. E muito mais apta a cumprir a sua missão será aquela que guardou perfeitamente intactos os seus tesouros: saúde, inteligência, coração, forças vivas e fecundas. Precisarás apelar para todas essas reservas a fim de realizar o Amor. (FC, Julho/1962: 13)

A mulher que surge das páginas do periódico católico é um ser aparentemente apolítico, sem envolvimento com assuntos públicos e com as atenções voltadas para as funções domésticas, mas não por isso menos inteligente e ardilosa que o homem: “O que faz a mulher? O que faz um homem político, inteligente. Para ela o ‘povo’ é seu marido” (FC, Janeiro/1964:18).

A matéria intitulada “Os vossos maridos” possuía claros objetivos: “queremos deixar aqui alguns conselhos para as esposas ajudando-as a penetrar um pouco naquele grande mistério que é o marido”. E segue adiante:

Analisemos primeiramente as capacidades de observação e de educação das mulheres. Eis algumas perguntas às quais, gentis leitoras, vos pedimos que respondais mentalmente:

*Imaginais entrar num grande armazém, num estabelecimento onde se vende de tudo. Não tendes um fim determinado, entraste só por

curiosidade e ao vosso lado está o vosso marido. Sabeis adivinhar qual é a repartição que mais lhe interessa?

*Há cinco gravatas. Podei dizer num abrir e fechar de olhos qual delas prefere o vosso marido?

*Viste mil vezes vosso marido atar os sapatos. Sois capazes de dizer de que lado começa?

*Recebeste um convite, sabeis desde já se lhe agrada?

*No trabalho de vosso marido há um período na semana ou no mês em que ele está particularmente nervoso. Qual é e por que razão?

*Vosso marido tem dois ternos para festa. No Domingo de manhã sabeis dizer qual ele prefere?

*Fala-se entre amigos. O gênero de conversa que se fazem neste momento agrada ou não vosso marido?

Se a mulher observa atenciosa e afetuosamente o marido, deveria saber responder afirmativamente a estas sete perguntas. De fato, não basta saber que comida aprecia, quantas horas de sono lhe são precisas e qual qualidade de bebidas prefere. É necessário também reconhecer estes pormenores que fazem parte de seu caráter: e estamos plenamente convencidos de que os conheceis.

Todavia, chega o momento em que a mulher já não “compreende o marido”. Êste Homem parece realmente outro. O que aconteceu?

Em primeiro lugar Não convém perguntar a ele. São perguntas que o enfastiam e o surpreendem porque nem ele se apercebeu da mudança (FC, Abril/1962: 19)

Assim, percebe-se o tipo de conhecimento que lhe é pedido: um conhecimento voltado ao bem-estar do marido. Chama a atenção o fato de em nenhum momento falar-se de algo relacionado a uma maior intimidade entre o marido e a mulher. Todos os pontos relacionam-se à função social do casal. E são expostos como pontos fundamentais: “Se a mulher observa atenciosa e afetuosamente o marido, deveria saber responder afirmativamente a estas sete perguntas”. Não sabê-lo, pois, é uma falha em suas “capacidades de observação e de educação”, e certamente deve ser sanada. E mais: não sabê-lo é uma falha da mulher e, sendo um problema seu, deve ser solucionado por ela mesma, afinal não seria justo carregar o marido com assuntos como estes: “Não convém perguntar a ele. São perguntas que o enfastiam”.

Chama a atenção o fato de se dar muita ênfase ao papel da mulher como esposa e mãe, mas muito pouca atenção do papel do homem como marido, e quase nada ao seu papel de pai educador. Na realidade o marido não fica incumbido de praticamente nenhuma função doméstica. Na definição das funções sociais de cada membro da família, a revista adverte sobre enganos em exigir do marido auxílio nas tarefas domésticas:

O Marido nos trabalhos domésticos

Voltando para casa, é conveniente que o marido se entregue a novas atividades no lar?

— Calculemos: 40 ou 45 horas semanais de trabalho profissional; mais 6 ou 8 horas (e às vezes até mais) empregadas nas conduções... O tempo para se dedicar aos trabalhos domésticos seria roubado ao repouso indispensável ao trabalhador que deseja manter-se equilibrado.

— A cooperação do homem não poderia ser a de encarregar-se dos trabalhos “masculinos”, por exemplo: cuidar do bom funcionamento dos aparelhos elétricos (ferro de passar roupa, geladeira, etc.)?

— Será que a mulher deseja realmente êsse auxílio? Está ela tão convencida de que o lar é “seu”? Quem melhor do que ela pode compreender os filhos?

— O homem que substitui a dona de casa, não arrisca abdicar sua autoridade? Os filhos devem respeitar o pai e descobrir nêlo o “chefe” da casa; ora, isto é incompatível com os pequenos trabalhos cotidianos (lavar os pratos, arrumar as camas). (FC, Novembro/1964: 18-19)

O discurso presente ressalta os papéis sociais específicos da esposa e do marido e lembra que a mistura destes pode provocar uma confusão mental nos filhos os fazendo perder a noção de autoridade.

Em um dos raros momentos em que a revista volta-se diretamente aos homens, não é de todo diferente o tom do discurso:

Maridos: prestai atenção às vossas esposas. Prestar atenção em conversas de mulher. Alguns homens acham isso ‘pouco viril’. Não é verdade (não quero dizer que escutando as conversas da mulher lhe demos razão em tudo: nada disso!). Estes homens fazem mais ou menos como os que compram os jornais só para ler os nomes dos que morreram e não se importam com as outras notícias dos que vivem em volta deles. (FC, Junho/1962: 19)

Tem-se aí o respeito à virilidade do marido, ao seu conceito do que é ou não ser viril. E em sua virilidade, é o homem o orientador da esposa: “A espôsa deve acostumar-se a estas ‘matizes’ e adequar-se ao novo estado de coisas: iniciara assim uma nova ‘orientação’ do marido.” (FC, Abril/1962: 20).

Dada a sua preeminência, o homem deve ser respeitado e ajudado em sua árdua tarefa de pai de família, como representante do próprio Deus:

O pai – chefe da família – é investido por Deus para exercer autoridade máxima no pequeno reino. Ele manda em lugar de Deus de quem desce todo poder e toda a paternidade. Foi Deus quem estabeleceu a hierarquia, a mulher deve obedecer ao marido e os filhos aos pais (FC, Junho/1963:16)

A desigualdade social está desta forma, naturalizada pelo Sagrado, não cabendo contestação ou tentativa de mudanças.

A mulher pode e deve ajudar em tal tarefa. Mas ajudar não significa substituir o marido. Não deve portar-se como homem, mas sim dentro das benesses que a posição de mulher lhe permite. Não deve disputar com o homem, pois a derrota é iminente, dada inferioridade feminina ante a maior capacidade de raciocínio masculina:

O homem mais tardio na percepção e na intuição tem faculdade de raciocinar mais desenvolvida e profunda capacidade de análise. Por consequência a constância e a firmeza de opiniões é mais fácil no homem que na mulher (...) (FC, Maio/1963:14-15)

A mulher, mais desenvolvida na percepção e na intuição se comparada ao homem, deve se utilizar de tais propriedades suas no exercício de sua função no mundo: “O homem necessita de carinho, de ternura e de delicadeza. A mulher precisa se apoiar na força e na racionalidade do Homem” (F C, Abril/ 1963: 12).

Consciente de seu papel, este pode ser desempenhado com sucesso. Tais funções necessitam ser exercidas desde jovem:

Mesmo em nova o exemplo de sua conduta reta e do seu ânimo gentil pode exercer boa influência sobre um jovem. Se for forte na pureza pode tornar-se anjo tutelar do jovem, de outra forma será seu demônio tentador (FC, Junho/1963: 15)

E ainda: “Tu deves, pois, escolher o que desejas ser para o homem: anjo ou demônio. Serás para ele o que fizeres de ti” (FC, Maio/1963:14-15).

Extraí-se do excerto elementos sobre certo e almejado perfil de mulher. Primeiramente, uma mulher que, desde jovem, construísse em si os elementos de uma mulher ideal. A mulher ideal seria a que possuísse, entre outros atributos, um comportamento irrepreensível, para além de todo e qualquer ato que indicasse algum desvio na conduta determinada pelo grupo social. A mulher deveria ser forte, mas a força adviria de traços de seu caráter. Ao que parece, a gentileza não é um instante, mas uma prática da mulher: possuidora de um ânimo gentil, atributo com o qual seria premiada com a possibilidade de exercer uma boa influência. E mesmo tal postura possui um fim exógeno: exercer boa influência no homem – neste caso, sobre o jovem.

Encontra-se, pois, certa complexidade no que se refere ao perfil de mulher em questão. Ela possui alvos a serem atingidos com relação a si própria, alvos esses que possuem um caráter teleológico, finalista: certos hábitos, traços e condutas ela deve obrigatoriamente adquirir. Sob esse ponto-de-vista tais recomendações superam o caráter de mera recomendação, passando de conselho a doutrinação, dado que se constrói determinado perfil, e esse perfil não é apenas o ideal, mas o modelo a ser inculcado em si, sob pena de a mulher ver-se reprovada, tornando-se o próprio “*demônio tentador*”, expressão que ultrapassa o mero sentido das palavras de um arcabouço católico tornando-se um imperativo social.

Ao mesmo tempo, o perfil de mulher que se encontra na documentação ora utilizada não se resume simplesmente a cuidar da casa e viver sob a égide da inércia social de maneira passiva, mas possui também um papel doutrinador. Assim, passa de doutrinada a doutrinadora, dado que seu papel é influenciar os que estão ao seu redor. Além disso, seu objetivo é ainda mais focado na função de influenciar o homem, desde bastante jovem.

O fato é que os modelos dominantes em determinado período histórico ligam-se com os modelos anteriores e, ao mesmo tempo, se perpetuam em parte das novas gerações garantindo seu espaço na sociedade. Da mesma forma, sempre há em determinado tempo social um movimento de reação ao seu próprio tempo, gerando um conceito visto então como vanguardista e contestatório, que age a definir também tanto a ação como a reação presente junto àqueles que buscam a manutenção de um *status quo*. Um exemplo desse processo é o seguinte relato, parte de um debate promovido pela PUC- RJ, denominado “batom: a mulher do século XXI”:

Minha opinião é que a revolução feminina foi e é totalmente equivocada. Nunca uma mulher vai se equivaler a um homem, pois são fisicamente e biologicamente diferentes. Claro que a mulher deveria e deve lutar por melhores condições, mas dentro de seus limites e dentro de suas decisões de vida, se ela optar por ser mãe, significa que ela vai ser mentora da formação de crianças e que a sociedade pode piorar ou melhorar de acordo com como ela vai criar suas crianças. Educar crianças não é tarefa fácil e requer tempo e disposição... e agora eu pergunto como uma mulher que trabalha o dia todo e, na maioria das vezes, ainda leva trabalho para casa vai educar corretamente essas crianças? Se ela precisa trabalhar, que trabalhe o horário em que as crianças estão no colégio e não todo o dia e a noite... A sociedade está um caos, porque não existe mais família... as crianças são criadas por babás, as mulheres não centralizam mais a família como antigamente e o pior, nem querem mais formar família, preferem ser mães solteiras. Vamos acordar... lutar pelos nossos direitos como seres humanos vale a pena, mas para que se igualar aos homens? Eles têm as características deles... Na verdade, com a revolução feminina, nós viemos foi melhorar a vida dos homens: eles não precisam trabalhar muito, já que todos os gastos são rateados, chegam em casa e podem descansar, mas nós não, porque temos jornada dupla (Cristiane Loiola, opinião expressa no site http://www.puc-rio.br/noticias/debate/debate_batom.html, em 02/02/2007. (Consultado em 01/10 2007)

O depoimento representa com propriedade, em um momento bastante posterior, o perfil de mulher predominante no qual as mulheres do contexto dos anos de 1960 estavam imbuídas. Isto ocorre em função da permanência, ao longo do século, de uma visão do mundo, exatamente o que as mulheres que estiveram nas entidades femininas procuravam realizar.

As afirmações presentes no modelo de mulher dos grupos conservadores das camadas altas e médias nos anos de 1960 serviam não só como elementos norteadores de uma conduta de vida, como também para legitimar o papel por elas desempenhado. Através da construção de um modelo de mulher que, segundo elas, era o padrão das famílias bem-sucedidas de então, está a se corroborar o princípio de que as mulheres de tais famílias bem cumpriram seu papel, sendo, portanto, dignas de nota e aplauso.

A afirmação de um determinado perfil de mulher desempenha, nesse sentido, uma função central na doutrinação rumo à manutenção e garantia de uma geração de mulheres unidas em torno de um mesmo papel na sociedade. Ao mesmo tempo, agem também na doutrinação das novas gerações. Neste último caso, com o intuito de passar adiante uma fórmula, segundo a ótica das representantes de tal padrão de mulher, bem-sucedida e, ao mesmo tempo, garantir a manutenção de um *status quo*, vale dizer, conservar os valores ora em voga entre elas, o de legitimar tal perfil de mulher e seu respectivo papel na sociedade.

3. A imagem da mulher no espaço público

Ao analisar a imagem da mulher no espaço público nos anos de 1960, torna-se claro o quanto este período, segundo determinados aspectos ora em foco, é um momento de passagem no campo da mentalidade feminina tradicional.

O século XX constituiu-se como palco de importantes mudanças com respeito à participação feminina na sociedade. Dentre os marcos, nesse período, da participação da mulher na política, estão os anos de 1930. Foi a partir deste momento que a mulher começou a participar da política – tanto como eleitora quanto como sujeito da política²⁷.

Contudo, cabe considerar que a ampliação da participação da mulher na sociedade não tornou a idéia de emancipação feminina um imperativo unânime. Ao contrário, ao mesmo tempo em que movimentos populares se enriquecem com a participação da mulher e com movimentos feministas, mulheres de grupos sociais privilegiados também se organizam e inclusive pressionam o governo para a extinção de muitas destas entidades²⁸.

Convém lembrar ainda que a própria legislação cerceava o papel da mulher. A mesma não podia sequer exercer função profissional se não fosse assim autorizado pelo marido. Veja-se, por exemplo, o que dizia o inciso VII do artigo 242 do Código Civil de 1916, com o texto vigente até 1962:

²⁷ Carlota Pereira Queiroz, em 1933, tornou-se a primeira mulher a ser eleita deputada federal na história do país; a constituição de 1934 instituiu o voto feminino, além de proibir qualquer espécie de diferença salarial devido a diferenças no tocante ao sexo. Vide texto da Constituição de 1934, disponível no endereço www.planalto.gov.br. Consultado em 02/10/2007.

²⁸ Para maiores informações a respeito, ver SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A Mulher na sociedade de classes - Mito e realidade*. Petrópolis, Vozes, 1976. Em brilhante discussão a respeito da condição social da mulher na sociedade de classe, a autora lembra de uma entidade feminista, a Federação das Mulheres do Brasil (FMP), que foi fundada em 1949, e teve sua extinção no governo Juscelino Kubitschek: “por pressão de grupos empresariais e senhoras pertencentes às camadas médias privilegiadas” (p. 278, nota 200). E ainda: SANTOS, Yumi Garcia. “A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo”. In: *Cadernos Pagu* n.27. Campinas Julho/Dezembro 2006.

Art. 242 - A mulher não pode, sem o consentimento do marido:

- I. Praticar atos que este não poderia sem o consentimento da mulher.
 - II. Alienar, ou gravar de ônus real, os imóveis do seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens.
 - III. Alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem.
 - IV. Aceitar ou repudiar herança ou legado.
 - V. Aceitar tutela, curatela ou outro múnus públicos.
 - VI. Litigar em juízo civil ou comercial, a não ser nos casos indicados nos arts. 248 e 251.
 - VII. Exercer profissão.
 - VIII. Contrair obrigações, que possam importar em alheação de bens do casal.
 - IX. Aceitar mandato.
- (<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L3071.htm>. Consultado em 02/10/2007) Grifos meus.

E, ainda, no artigo 233:

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos. (Redação dada pela Lei nº 4.121, de 27.8.1962)

Compete-lhe:

IV - **O direito de autorizar a profissão da mulher** e a sua residência fora do teto conjugal.
(<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L3071.htm>. Consultado em 02/10/2007) Grifos meus.

Tais excertos são exemplos do modo pelo qual a legislação definia o papel social e o caminho da representação e comportamento social do homem e da mulher. O homem, figura pública, o responsável pela manutenção do lar, mantenedor e provedor; à mulher cabe o espaço privado do lar, papel de esposa e mãe.

Ainda na questão da legislação cabe citar o comentário do Jurista Washington de Barros Monteiro que, em 1973, fala sobre o suporte do Código Civil à idéia de superioridade do homem em comparação à mulher:

Com muito acerto afirma-se que ao marido compete a chefia da sociedade conjugal pela necessidade de haver quem lhe assina a direção e também por ser ele quem, pelo sexo e pela profissão, mais apto se acha para receber a investidura (PIMENTEL, 1974: 46).

Convém sobressaltar que tal imaginário social satisfaz a um ideário propagado pela Igreja, pela legislação recente à época, pela imprensa e pelos próprios grupos femininos²⁹, formando, juntos, um discurso ideológico que busca construir seu espaço e impor-se como estrutura social. Reafirmava-se no Código Civil o conservadorismo e afirmava-se a superioridade masculina para gerir a família. O mesmo só veio a ser reformulado em 1962, com o chamado “Estatuto da mulher casada”, instituído no governo João Goulart³⁰, permitindo, entre outras coisas, que a mulher casada exercesse livremente atividade profissional, dando-lhe maior liberdade de participação profissional, possibilitando-lhe ampliar sua importância nas relações de poder no interior da família.

Contudo, as modificações não significavam aceitação unânime. Ao menos nas camadas mais favorecidas da sociedade mantinha-se o discurso do papel da mulher como sendo, primordialmente, o de “anjo do lar”. Segundo matéria da *Revista Família Cristã* em 1962, mesmo ano da publicação do citado “Estatuto da Mulher Casada”:

Pelo fato de se terem emancipado ocupando assentos no parlamento e no senado, vestindo a toga, usando o bisturi, etc. as mulheres de hoje não devem esquecer-se de que continuam a ser mulheres. Madame Curie intercalava seu tempo de estudo e pesquisas com a confecção de aventalinhos para suas meninas. Isto significa que uma mulher pode ditar uma lei no parlamento e depois ir para casa e pôr-se a lavar os pratos, coser e cozinhar com a mesma simplicidade e dignidade (Bordin). (FC, 1962/Setembro: 15)

Alguns traços deveras claros sobre as funções que devem possuir primazia na vida da mulher tornam-se explícitos no excerto. Transparece no discurso a idéia de que uma mulher

²⁹ Os anos 60 foram marcados pela circulação de obras como HELENA, Gilda (pseudônimo de Albertina Guimarães). *Aprenda a ser esposa e mãe: um guia prático e seguro para as donas de casa*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1955; DORA, Maria. *Aprenda as boas maneiras: regras de etiqueta indispensáveis para todas as ocasiões*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1969; MIRANDA, José Tavares de. *Boas Maneiras: e outras maneiras*. São Paulo: Best seller, 1965; GRECHI, Henrique e PENNA, Helena B. Rossi. *Economia doméstica e puericultura*. São Paulo: Melhoramentos, 1957.

³⁰ As modificações podem ser consultadas no próprio texto da legislação na página eletrônica do Planalto já citada.

que eventualmente deixe de lado os afazeres tradicionais do lar estará deixando de lado elementos que lhe afirmam como mulher.

O trecho citado ainda traz à luz uma figura marcante para a época, que é Marie Curie. Conhecida como Madame Curie, ficou marcada para a história pelos avanços que suas pesquisas trouxeram para a física e a química – tendo recebido, inclusive, o prêmio Nobel em ambas as áreas, fato único para as mulheres na história dos prêmios Nobel. Enfim, o texto não faz qualquer crítica ao fato de Madame Curie ter ocupado um espaço que era preenchido tradicionalmente por homens; contudo, o grande elogio feito à cientista diz respeito ao fato de ela, segundo a *Família Cristã*, ter conseguido conciliar suas atividades profissionais com o ofício que lhe cabia por ser mulher, vale dizer, o exercício de atividades tradicionalmente ligadas ao universo feminino. Assim, segundo essa visão do mundo, seria um imperativo o exercício de tais atividades para as “mulheres de hoje”, emancipadas e que devem manter-se dignas em seu papel de mulher, fosse lavando pratos, cosendo ou cozinhando.

No ano de 1962 uma seção chamada “As profissões da mulher” expunha a cada mês uma diferente profissão apropriada à mulher: secretária, romancista, bibliotecária, enfermeira, professora, desenhista, decoradora, modista. Profissões adequadas àquelas que, além de cumprirem com seus deveres domésticos, resolveram aventurar-se pelo mundo profissional. É no lar, pois, que a mulher se realiza, espaço onde pode desenvolver seus dotes de esposa, mãe, dona-de-casa, educadora dos filhos de amanhã. Assim, mesmo quando a mulher exerce determinada atividade profissional fora de casa, é no recôndito do lar que se tem a sublimação da mulher e a confirmação de cumprimento de seu papel social.

A moda ocupa espaço importante na revista, afinal é preciso zelar pela aparência pública da mulher: “O que é a moda? A moda é para mulher a sua arte. A Arte de escolher o tecido, a côr, a linha e sobretudo o modelo que mais se adapta a sua pessoa” (FC, 1962/Setembro:15). Além disso, é preciso que se perpetuem estes hábitos, e novamente surge a figura da mulher como doutrinadora e agente multiplicador desta visão de mundo:

A razão e a moral cristã vêm, por meio destas linhas e em nome de Deus e do cristianismo, pedir que as senhoras mães cristãs não usem e não permitam que suas filhas usem vestuários que possam ofender a dignidade cristã. Vestidos curtos, decotados, transparentes e muito justos não são admissíveis para uma família cristã e honesta. (FC, Abril/ 1963:15)

Existe no discurso uma aparente possibilidade de escolha, em que é dada à mulher a liberdade de se vestir como pessoa “honesta”: “Honra teu corpo para que ele seja espelho de tua alma” (FC, 1962/outubro: 15). De outra maneira, mas chegando ao mesmo ponto, a matéria “Os pecados da moda” liga a vestimenta inadequada à insanidade mental: “Diante dos exageros de certas mulheres imodestas, compreende-se muito bem quão razoável é a expressão de Papini: ‘A experiência e a psiquiatria advertem que o sintoma mais freqüente dos loucos é... despir-se’”. (FC, 1962/Agosto: 04).

Os traços apresentados expõem a luta pela preservação de uma visão de mundo num período de mudança comportamental, às portas dos grandes movimentos de contracultura que emergiram na década de 1960. Questionar tal preservação ganha ainda mais valor quando se percebe que as mudanças comportamentais femininas já incomodavam os conservadores há no mínimo meio século (MALUF, 1998:368). Além disso, alguns estudos que mostram o padrão comportamental de mulheres pertencentes a camadas sociais médias

e altas nos anos 30³¹ nos fazem crer ser muito próximo ao padrão encontrado na *Revista Família Cristã* e reproduzido pelas entidades femininas no contexto dos anos de 1960.

Com isso fica clara a permanência de um padrão de comportamento no desenrolar das décadas no tocante ao papel ideal da mulher na sociedade brasileira, segundo o ponto de vista dos grupos conservadores das camadas médias e altas. Da mesma maneira, podemos perceber que essa visão de mulher encontra, ainda hoje, espaço em setores sociais conservadores, o que justifica, inclusive, a sobrevivência da UCF-SP em atividade. As novas maneiras comportamentais, ainda que gerassem um novo perfil de mulher, não anulavam um determinado padrão e modo de ser, e jamais sepultaram os valores construídos no decorrer de séculos, elogiados que foram como símbolos de uma virtude contida no caráter do ser mulher.

4. Temas políticos para mulheres

A participação política da mulher brasileira ganhou propulsão com a convocação da assembléia constituinte de 1933. Desde então, a presença feminina deixou de ser exceção para ser a regra nas gestões legislativas da política nacional. Ao olharmos para os anos de 1960, percebemos que a luta anticomunista encontrou importante alento junto às mulheres católicas, que buscavam constituir todo um arcabouço anticomunista que será

³¹ Importante fonte com relação a perfil de mulher, no início do século XX, correlato ao que está no cerne da presente dissertação, pode ser encontrada na *Revista Feminina*, que circulou entre 1914 e 1936, e cujos exemplares podem ser pesquisados no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Breve exposição sobre o assunto pode ainda ser vista em MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do mundo feminino”. In: SEVCENKO, Nicolau (Org). *História da vida privada no Brasil – Volume 3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Tal revista foi ainda objeto de estudo e pesquisa em dois trabalhos acadêmicos: MASCARO, Sônia de Amorim. *A Revista Feminina – Imagens da Mulher (1914-1930)*. Dissertação de mestrado, São Paulo, ECA/USP, 1982 e LIMA, Sandra Lúcia Lopes. *Espelho da Mulher – Revista Feminina*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH/USP, 1991.

extremamente importante na construção de um imaginário social de apoio ao regime militar.

O comunismo representa uma ameaça real ao catolicismo ao apresentar um conjunto de valores e alternativas diversas à fé cristã. Diferentemente do catolicismo, o comunismo não pretende a acomodação entre as classes e a naturalização da desigualdade e sim a superação desta com a luta de classes. Segundo Motta (2002: 18-28), historicamente o catolicismo se opôs ao comunismo por meio da emissão de encíclicas e de cartas pastorais com conteúdo fortemente anticomunista. A idéia de perigo comunista ganhou grande força junto à população civil já na Era Vargas quando, após desmontar-se a “Intentona Comunista”³² de 1935, o governo lança a idéia do “Perigo Vermelho” que rondaria a sociedade.

No decorrer dos trinta anos posteriores o “Perigo Vermelho” é uma idéia presente na sociedade brasileira. A ameaça da “Intentona Comunista” foi a justificativa para que Getúlio instaurasse o Estado Novo em 1937; uma possível guinada de Getúlio Vargas para a esquerda foi o motivo para sua deposição, em outubro de 1945; em nome desse esquerdismo que os militares atentaram contra o regime na transição entre o suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954 e a posse de Juscelino Kubitschek, em 1956; o quase impedimento da posse de João Goulart adveio de sua presença na China quando da renúncia de Jânio, o que, juntamente com outros elementos, demonstrava aos olhos dos militares e da sociedade civil sua tendência de aproximação com o socialismo.

³² “Intentona Comunista” foi como ficou conhecido um levante em 1935 organizado pela Aliança Nacional Libertadora, mas composta principalmente por comunistas, que pretendia depor Getúlio Vargas (MOTTA, 2002: 184-193).

A preocupação com a ameaça comunista fortalece-se na década de 1960. Conforme Motta, “a partir dos anos de 1960, a visão de que o comunismo era ameaça interna à Igreja se intensificou, na medida em que surgia uma ‘esquerda católica’ ligada ao apostolado leigo, principalmente a Juventude Universitária Católica (JUC)” (MOTTA, 2002: 24). Essa questão não era mero protocolo político-ideológico. Tema freqüente em conversas e sermões, fazia parte do dia-a-dia também das senhoras cristãs, a despeito de seu engajamento ou não na política como elemento ativo. Na *Revista Família Cristã*, os temas propriamente políticos são pincelados entre as matérias habituais voltadas para a moral, os costumes e o cotidiano da família cristã, algumas vezes de maneira clara e expressando o grande medo que o comunismo representava:

Pela proximidade física e espiritual da Ilha ao Continente, **a dominação Comunista afeta a mesma essência da América**, prejudica seus próprios valores e encerra ensinamentos sumamente proveitosos a todos. Antes não se dava muita atenção à conspiração comunista. Cuba soou o alerta. Antes dizia-se que o Marxismo não medraria na América, agora sabemos **que um regime comunista pode conseguir impor-se pela violência, pela mentira, pelo terror. Antes agiam seus agentes silenciosamente, penetrando sem oposição. Esperemos agora uma luta inteligente dos cristãos.** Monsenhor Eduardo Boza Masvidal, Bispo auxiliar de Havana. (FC, Junho/1962: 17) Grifos meus.

A “Intentona Comunista” de 1935 contribuiu para acentuar o terror comunista no imaginário social nos anos de 1930, mas maior efeito ainda foi obtido com o êxito da Revolução Cubana nos anos de 1960, efeitos que dizem respeito não só ao Brasil como a toda a América Latina.

Para o contexto nacional, maior repercussão ainda pôde-se sentir após a condecoração de Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul em 19 de agosto de 1961 pelo então Presidente da República Jânio Quadros (DHBB, verbete Jânio Quadros). Nessa luta contra o comunismo, a doutrina católica ocupou importante espaço, associando o comunismo

diretamente ao mal e aos medos de seus fiéis. Liga-se o comunismo, como se viu no excerto acima, à mentira, à violência, ao terror. Lutar contra o comunismo é um imperativo da fé e da inteligência.

Em 1962 saiu na *Revista Família Cristã* um texto intitulado “A oração contra o Comunismo”:

Senhor, Vós que tudo criastes por Vossa magnanimidade e misericórdia e por Vosso amor, dando às criaturas que saíram das Vossas mãos o sopro vivificador que as alentou e as tornou capazes de Vos render a sua vassalagem e submissão, apiedai-vos de todos os insanos que procuram destruir por êste mundo a Vossa obra de harmonia e de paz entre os povos e de compreensão entre as nações, dando-lhes o conhecimento de Vossa fôrça e de Vossa divindade, para que reconheçam que só Vós podeis imperar, podeis reinar, podeis permanecer por sôbre o destino do mundo que construístes e deste ao Homem pra que êle Voz conhecesse e adorasse!.

Bens sabeis, do alto da Vossa glória, da insídia e do ataque e da destruição que o Comunismo prepara para turbar a paz dos povos, para confundir as nações que ostentam a primazia e a grandeza do Vosso Santo Nome!

Dai que a humanidade, que está em perigo com a infligência de todos os preceitos hauridos nos Vossos divinos Mandamentos, possa sair galharda dêste embate cruel!

Que os maus não vexem e nem aviltem os bons, que os perversos não atraíçoem os justos, que os mesquinhos e odientos não humilhem, e nem ultrajem os que Vos amam e Vos têm como o supremo motivo de suas esperanças!

Vós, que sois o Senhor dos Exércitos, contende as hordas dos malignos, dos usurpadores, dos vesânicos, dos incrêos, dos malvados!

E iluminai o mundo com o clarão do Vosso cantante desvêlo e dai aos homens de boa vontade, aos que fazem a grandeza e a felicidade da civilização cristã, a paz perfeita e a felicidade em Vós, pondo-os a salvo do Comunismo Ateu e confundido aos que trazem a cizânia, a fome, a destruição, a morte!

Permanecei conosco em tôdas as horas, Senhor, e por nós vigiais com a flamante espada dos Vossos Santos Anjos, soterrando nas trevas os inimigos da Vossa justiça, da Vossa caridade, do Vosso Amor!

Velai pelo Universo que criaste, velai pela América, velai pelo Brasil! Pelo Brasil, principalmente, pelo Brasil que está a Vossos pés e que jamais se há de divorciar do Vosso Santo Evangelho, da Vossa Santa Lei parar louvor e exaltação da Vossa sempiterna Glória! Amém. (FC, Junho/1962:17)

Neste texto, em primeiro lugar exalta-se a Deus como criador e ordenador, acrescentando a idéia de submissão do povo, visto que Deus “as tornou capazes de Vos render [a Deus] a sua vassalagem e submissão”. Prepara-se assim terreno para a crítica ao Comunismo como elemento desagregador e explicita-se a insanidade em compactuar com essa doutrina política. De qualquer modo, o discurso é de piedade para com aqueles que adotam o discurso comunista, visto serem pessoas fora de si: “apiedai-vos de todos os insanos que procuram destruir por êste mundo a Vossa obra de harmonia e de paz entre os povos e de compreensão entre as nações”. Necessita-se de Deus para que a harmonia criada pelo Divino não seja rompida.

Cabe acrescentar que nesses clamores ao céu cria-se um ambiente fantasioso de plena paz, em que não se aclama os problemas concernentes às desigualdades sociais, à miséria, ou coisas desse tipo. De modo geral, as reportagens que tocam em assuntos com certo cunho político tendem a se apegar a essa idéia de que o perigo comunista poderia quebrar a harmonia e o clima de compreensão pretensamente existente na sociedade como um todo.

Fortalecida está, assim, a idéia do Comunismo como ideologia anticristã que busca romper a paz, ordem e harmonia por Deus instituída. Além disso, dado haver o clamor a Deus contra essa ideologia política, conjuntamente com a idéia de que Deus jamais abandona os seus, imediatamente a força anticomunista é identificada com a provisão divina tendo, desta forma, apoio incondicional dos grupos que a clamaram.

Uma matéria intitulada “Dá o Papa um programa de recuperação cristã à América Latina” mostra as indicações do sumo pontífice para que o comunismo, que é tratado como uma doença contagiosa, não se alastre pela América Latina e, da mesma maneira, recomenda como “recuperar” a parte do continente já afetada:

Sua Santidade o Papa João XXII deu aos bispos da América Latina um programa concreto de recuperação cristã, em resposta à ansiedade por eles expressa em face dos perigos que ameaçam seus fiéis.

(...)

Partilhamos, diz o Papa, a ansiedade dos bispos da América Latina em face dos perigos que ameaçam a fé e a vida cristãs de seus fiéis.

Nosso coração enche-se freqüentemente de uma “doce alegria” ao nos inteirarmos das realizações e virtudes desses povos. Mas em muitas outras ocasiões causa-nos “uma viva preocupação” a série de problemas que afetam o catolicismo.

(...)

“Embora haja muitos motivos para abrigarmos esperanças ainda vós vos mostrais profundamente angustiados. Sabendo que em algumas nações, que em outros tempos floresceram graças a sua vida cristã, Deus e a Igreja são cruelmente perseguidos.. havendo também os que procuram difundir ainda mais tão grave mal.”

“Ante os perigos que ameaçam vossos fiéis”, diz em seguida o Soberano Pontífice, “é preciso esclarecer as suas mentes”.

(...)

A esta altura o Papa exorta os bispos a alimentarem as almas confiadas ao seu cuidado com os firmes ensinamentos do Evangelho e do magistério da Igreja, e assinala-lhes o Programa de recuperação mediante os sacramentos, o catecismo, as escolas, a pregação, as missões e o apostolado leigo.

“Como para conseguir tudo isto é necessária a ajuda do clero e dos religiosos — homens e mulheres — será vossa primordial preocupação aumentar o número das vocações, que hoje são insuficientes”. (FC, Julho/1962: 05)

Ao ler o documento, é possível enxergar que a guerra travada pelas mulheres contra a ameaça comunista é claramente guiada pela luta do catolicismo contra o Comunismo. Muito embora não se fale explicitamente no corpo do texto dessa ideologia como causa das queixas, a mesma é vista como razão de enfraquecimento da fé da Igreja. Os “perigos que ameaçam seus fiéis” tornam necessário um programa de “recuperação cristã”.

Uma comunicação do Cardeal Dom Jaime Câmara no programa de rádio “A voz do pastor” é assunto principal da edição de agosto de 1962 com a matéria “Vigilância ante as manobras comunistas pede o Cardeal Câmara”:

Advertindo, contra as manobras dos comunistas, o povo “aflito com a situação atual do país sobretudo pelo crescente custo de vida”, pediu em a “Voz do Pastor” o cardeal Dom Jaime Câmara, não se desse crédito às falsas promessas do comunismo, incapaz de resolver qualquer situação.

O sistema marxista-leninista, afirmou, “de início pretende só o domínio. Em seguida, escravidão e miséria”. Enumera rapidamente Sua Eminência algumas das “inumeráveis e persistentes manobras dos comunistas” a exigirem vigilância da parte do povo brasileiro:

(...)

3. O “paraíso soviético”: Ao pobre povo russo, desejoso de liberdade, de casa própria, de calçar sapatos novos, de vestir roupa melhor, tudo é verdade, apesar de se esgotar em trabalhos para a coletividade. Na China Comunista os habitantes passam fome. E as Ligas Camponesas introduziriam aqui esse “paraíso”!

(...)

Adverte o Arcebispo do Rio de Janeiro que bem se pode ver que é de “ditadura” que se trata, e ligada ao Terrorismo, que os brasileiros visceralmente abominam.

(...)

5. Nos planos do PC para a conquista da América Latina, recorda o Cardeal Câmara, as diretrizes preventivas sob o patrocínio direto, a exemplo da revolução cubana, “uma campanha difamatória do clero católico”, utilizando-se da imprensa, jogando com os “slogans” de que “a Igreja e o capitalismo querem um povo ignorante, fanático e supersticioso para melhor o explorar”. “A América Latina verá missões alfabetizadoras anti-religiosas, apoiadas em forças esquerdistas e laicistas”. O Partido ordenou “continuar agitações e organizar grupos de ação revolucionária que lhe promovam o acesso ao poder a fim de implantar novos Estados socialistas americanos” tipo Cuba.

(...)

Pergunta finalmente o Cardeal Câmara: “Quem possui amor ao Brasil poderá simpatizar com o Comunismo?”

E na última frase, a denúncia de mais uma tentativa de traição aberta ao nosso país: “Fazem parte desses organismos (comunistas) as “Ligas Camponesas” cujo simples funcionamento, por subversivo, é vedado pela nossa constituição como lembrou no parlamento o deputado Monsenhor Arruda Câmara, protestando contra a criminosa tentativa de as subvencionar com cinco milhões de cruzeiros (FC, agosto / 1962:05)

No documento, o anticomunismo fica bem explícito e, mais do que isso, mostra também os apelos que fortalecem esse sentimento. O Comunismo ameaça as camadas privilegiadas de perderem o mercado de consumo, a propriedade privada e a religião, e foi isso que, segundo o documento, aconteceu em Cuba e China, países que foram invadidos por esse regime político. Além disso, o documento ressalta que o povo brasileiro abomina a ditadura, referindo-se à ditadura comunista que assolava os países em questão.

O anticomunismo foi um dos principais alicerces da visão do mundo em que se baseou a formação e a ação dos grupos femininos que pedem ardorosamente pela intervenção militar que, por sua vez, se configura como um golpe militar que perdura por vinte e um anos realizando suas próprias atrocidades. Fica claro, desta maneira, que a questão central não é a gravidade dos atentados contra a vida humana, e sim a questão de quem exerce a dominação, e o que incomoda é o fato de as vítimas fazerem parte do grupo social ao qual pertence o público da revista.

Com o mesmo enfoque, mas em 1963, uma matéria salta aos olhos. A chamada já deixa claro o teor do discurso: “Na Iugoslávia comunistas serraram vivos 2 sacerdotes. Quase 400 sacerdotes iugoslavos cruelmente assassinados - Vários crucificados vivos, esquartejados, queimados com carnes arrancadas aos pedaços”:

O “Martirólogo Croata”, publicado pela Sagrada Igreja do Vaticano, declara que os comunistas da Iugoslávia martirizaram de 1940 a 1951 em ódio à religião 384 sacerdotes e religiosos iugoslavos.

Apresentando o histórico completo, nomes, idades e profissões das vítimas, o “Martirólogo Croata” mostra o gênero de tortura a que foram submetidos aqueles mártires de Cristo.

1 com carne arrancada aos pedaços do corpo vivo.

2 serrados vivos.

2 enfiados vivos num espeto e assados vivos.

2 crucificados vivos.

3 queimados vivos.

3 esquartejados vivos.

1 de língua cortada ao vivo.

3 com pele arrancada do corpo vivo.

2 metidos em sacos e lançados ao mar.

1 massacrado em orgia sexual.

1 apedrejado.

14 fuzilados.

18 regados de gasolina e queimados vivos.

196 assassinados sem especificações, e ainda outros, mortos sob os mais diversos tipos de sádicas torturas (FC, Novembro/1963: 05)

A lista de atrocidades supostamente cometidas pelo regime comunista compõe o imaginário do anticomunismo e da enorme ameaça que ele oferecia às famílias brasileiras, assim como à religiosidade, simbolizada pelos sacerdotes torturados, e especialmente ao direito à propriedade.

A maneira com que os temas são colocados na revista é muito representativa da função que se espera da mulher na sociedade brasileira. O comunismo é o assunto padrão no que diz respeito aos temas propriamente políticos, e isso acontece com a nítida função de servir de alerta à guardiã do lar sobre os perigos que rondavam a sua casa, família e a religiosidade. Além disso, a mulher vai dinamizar essa informação ao marido e aos filhos.

Consagra-se, desta maneira, mais do que a “esposa, mãe e anjo”. A mulher exerce no interior do lar um papel ativo enquanto multiplicador da visão do mundo da qual está ela mesma imbuída, enquanto parte de um grupo social. Foi com essa prerrogativa de agente social que as mulheres se deslocaram para o espaço público, aglutinando-se nas entidades femininas e voltando suas ações em favor do golpe militar. A principal realização foi a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que representa a materialização da visão do mundo de um grupo social.

Capítulo III - Um Ato de fé numa hora de trevas: a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”

Foi para preservar a tua liberdade, jovem brasileiro, que tua mãe fez a revolução de 19 de março (...) (Marcha da Família com Deus pela Liberdade)³³.

O rosário é uma arma pacífica, mas poderosíssima. (FC, Setembro/1962:16)

1. Antecedentes da “Marcha”

Diante do cenário da criação das entidades femininas no contexto dos anos 60 é preciso pontuar ainda alguns episódios relevantes para análise. O primeiro deles é a influência no Brasil da “Cruzada do Rosário em Família”, fundada em 1942 pelo Padre Patrick Peyton³⁴. O movimento chegou ao Brasil no início dos anos de 1960 carregando seu lema principal: “A família que reza unida permanece unida. E se a família for unida Deus reinará no meio dela. E reinando na Família Deus reinará no mundo” (FC, outubro/1964: 16).

Este movimento representou uma espécie de preparo ideológico para o que ocorreria nas “Marchas”. Consistia em reuniões públicas – em alguns casos com 500 mil

³³ *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. São Paulo, 1964. Publicação da UCF-SP em que a entidade relata as atividades de organização da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” desde o surgimento da idéia da “Marcha” até sua realização em São Paulo, em Santos e no Rio de Janeiro. Não possui paginação disponível.

³⁴ O Padre Patrick Peyton tem origem irlandesa, mas emigrou para os EUA e lá iniciou seus estudos na Congregação de Santa Cruz (C.S.C.). Fundou o “Rosário em Família” em retribuição a ter se recuperado de uma tuberculose que, segundo ele, foi curada por Nossa Senhora. Antes de fundar oficialmente o “Rosário” em 1942, esteve em diversos canais de rádio e televisão, além de ter produzido um filme. <http://www.rosarioemfamilia.org/padrepeyton.htm> arquivo consultado em 17/11/2006.

peessoas, em outros chegando a ter 1,5 milhão³⁵ – que rezavam o terço coletivamente e pregavam a “união entre as classes”, idéia que por si só já implica na pacificação social e manutenção do *status quo*. Isso mostra claramente o conteúdo anticomunista da “Cruzada”, visando prevenir a luta de classes e a transformação da estrutura social vigente.

Segundo reportagem especial da *Revista Família Cristã*, “Outubro é o mês do Rosário”. A finalidade da “Cruzada do Rosário” era:

Fazer voltar a família à oração comum, dando-lhe como arma o Rosário, penhor de união, de fidelidade, de paz e proteção divina.

A “Cruzada” visa defender a família. São hoje atacados os nossos lares por toda sorte de pressões, ideológicas e econômicas, interesses materiais e divertimentos, necessidade de trabalho ou pressões sociais que reduzem ao mínimo aquela preciosa intimidade de família e que ensaiam ou promovem separações e indiferentes friezas e descaridades abrindo fatais caminhos e dissolução e ao divórcio. Urge reunir de novo com liames fortes e suaves da convivência e amor, de concórdia e oração, todos que o Senhor uniu, pela graça do Sacramento e pelos laços do sangue. A família que reza unida, permanece unida. — afirmou Dom Antônio Siqueira quando em 1º de julho promulgou oficialmente a Cruzada do Rosário, em São Paulo. Essa Cruzada coroou-se de êxito em 16 de Agosto, quando a cidade de São Paulo assistiu a maior concentração de sua história: mais de dois milhões de pessoas acorreram ao Vale do Anhangabaú que se tornou pequeno naquela tarde. (FC, outubro/1964: 05)

No texto da *Família Cristã* acima reproduzido, percebe-se que o ideário de tal movimento está repleto de alusões a uma batalha em andamento: a própria idéia de *cruzada, armas, defender, ser atacado*. De acordo com Simões, a “Cruzada do Rosário”, de cunho anticomunista e fortemente religioso, cristalizou a ligação entre os elementos Deus, Pátria e Família, e representou o elo fundamental para o surto anticomunista dos anos 60

³⁵ Richard Gribble, professor da Stonehill College em Massachusetts, num trabalho bastante completo a respeito da vida e das atividades de Patrick Peyton (GRIBBLE, R. *American apostle of the Family Rosary – the life of Patrick J. Peyton, C.S.C.* New York: A Herder & Herder Book, 2005) dedica um capítulo à Cruzada do Rosário América Latina. Segundo ele, após trabalhar no Chile, Venezuela e Colômbia, Peyton chega ao Brasil em julho de 1962 para realizar a Cruzada no Recife. Em seguida, realiza a Cruzada no Rio de Janeiro em 16 de dezembro de 1962, reunindo 1,5 milhão de pessoas. Posteriormente, Peyton trabalhou quase simultaneamente em Salvador e Belo Horizonte entre fevereiro e junho de 1963, em Porto Alegre entre setembro e dezembro de 1963 e em São Paulo entre abril e agosto de 1964 (GRIBBLE, 2005: 151-202).

(SIMÕES, 1985: 91). Assim, a “Cruzada do Rosário” procurava ser um encontro e não apenas uma reunião informativa, um grande encontro no qual se buscava a militância, a ação ativa do participante. O conceito de cruzada sempre esteve ligado à idéia de ação humana contra grupos considerados inimigos devido a sua postura ideológica ou religiosa.

A “Cruzada do Rosário em Família” fazia parte de um projeto maior, no qual alguns grupos católicos, principalmente a Congregação de Santa Cruz (C.S.C.), liderada pelo próprio Padre Peyton, em conjunto com a CIA, criaram uma parceria para tentar desestruturar o comunismo na América Latina. Fizeram-no através do catolicismo, veículo religioso que, segundo Gribble, contava com a adesão de boa parte da população latino-americana (GRIBBLE, 2003: 538)³⁶.

Ao cultivar um elemento simbólico que poderia se utilizado adiante, a experiência da “Cruzada do Rosário” foi bastante significativa para a preparação das “Marchas”. Dada a amplitude e impacto obtido – 1,5 milhões de pessoas no Rio de Janeiro – tornou-se claro e patente o poder de mobilização desse público caso se criasse um objetivo comum. Segundo Gribble, a “Cruzada do Rosário” fomentou o sentimento religioso entre as pessoas e indicou o caminho de como usá-lo na luta anticomunista:

Estava claro que a “Cruzada” possuía a habilidade de gerar um grande fervor religioso entre a população e, provida de organização, ensinou as habilidades necessárias para manter este entusiasmo e usá-lo na luta contra o comunismo. Além disso, a Cruzada criou um amplo efeito psicológico dando impulso e coragem àquelas mesmas pessoas, e seus líderes, que temiam o comunismo (GRIBBLE, 2005: 189). (tradução da autora)

³⁶ A relação entre Patrick Peyton e a CIA e seus trabalhos em conjunto na luta contra o Comunismo foram minuciosamente estudados por Richard Gribble. Uma boa introdução ao assunto pode ser encontrada em seu artigo “Anti-communism, Patrick Peyton, C.S.C. and the C.I.A.” *Journal of Church and State*, Jun/ 2003, n.º. 45, pp. 535–558.

Além disso, fundou a idéia de militância em uma categoria de indivíduos, especialmente mulheres, que tendiam, segundo sua própria visão do mundo, a cumprir o papel que se atribuíam na sociedade, principalmente no recôndito de seu lar, cuidando dos filhos, da casa, da família. A partir de tais movimentos, estava a mulher a defender sua família maior, seu lar maior representado na sua pátria, naquele ato patriótico e de devoção católica³⁷.

Outro elemento significativo é a maneira como a UCF-SP explica o surgimento da idéia da “Marcha”³⁸. Segundo a documentação da entidade, a idéia partiu da Freira Ana de Lurdes³⁹ no dia 13 de março de 1964, em conversa com o Deputado Federal Cunha Bueno⁴⁰ e alguns amigos que, reunidos no Hospital São Paulo, onde a freira era médica psiquiatra, partilhavam da indignação com o comício de João Goulart no Rio de Janeiro na mesma tarde: “O Comício do Rio principiara por ser um desafio e terminara sendo uma ameaça bem clara” (*Marcha da Família com Deus pela Liberdade*)⁴¹.

³⁷ Gribble chama a atenção para o fato de que a luta contra o espectro comunista ganhava não apenas um tom patriótico como também de devoção à fé católica (GRIBBLE, 2003: 558).

³⁸ A explicação coincide com aquela veiculada pela documentação da UCF-SP, principalmente a publicação *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, documento produzido pela União Cívica Feminina de São Paulo na ocasião da organização da “Marcha” de São Paulo, em 1964. Neste documento encontra-se uma reconstituição dos momentos da organização da “Marcha” e de sua realização, assim como das “Marchas” de Santos e do Rio de Janeiro.

³⁹ Médica psiquiatra do hospital São Paulo, a freira era também neta de Rui Barbosa. Sua presença na organização da “Marcha” foi fundamental, pois liderou a reação das mulheres à ofensa que o discurso de Goulart havia representado ao elemento religioso.

⁴⁰ Antônio Sylvio da Cunha Bueno, Deputado Federal pelo PSD, participou amplamente das articulações das “Marchas”, sendo citado com bastante frequência tanto nos documentos da UCF-SP quanto nas entrevistas. Posteriormente foi deputado federal pela ARENA. ABREU. *Op. cit.*, verbete Bueno, Cunha.

⁴¹ Em um trabalho que busca as razões para o golpe de 1964, Gláucio Ary Dillon Soares (SOARES, 1994: 9-51) mostra que o comício de João Goulart na Central do Brasil é também para militares, quase com unanimidade, um dos motivos principais para o golpe militar. Segundo os depoimentos reunidos, o comício representou o triunfo do caos e da baderna sobre a hierarquia e a disciplina. Além disso, de acordo com os militares, o teor do discurso do presidente mostrava a opção pelo comunismo.

Tal qual a idéia de cruzada, o conceito de marcha traz em seu bojo uma série de elementos deveras úteis ao empreendimento de luta pelo poder. Traz em si, primeiramente, a idéia de uma luta ativa, com a participação de fato do indivíduo, criando a idéia da coluna que caminha junta, unida, formando um só corpo. Além disso, não é uma marcha de cristãos independentes: trata-se de uma marcha *da família*, ou seja, um grupo que forma um outro grupo, caminhando, junto, unido, coeso, em um mesmo ritmo. E eis aí outro elemento essencial na idéia de marcha: a noção de coesão. Criar um mecanismo que dissipe as diferenças, gerando a noção de que todos estão juntos, em um mesmo compasso, a caminhar para o mesmo alvo, com o mesmo desígnio. A idéia de marcha possui também um tom triunfalista, representa um símbolo prévio de vitória, ou ainda uma comemoração da vitória como foram as demais “Marchas” que aconteceram após o golpe de 1964.

Assim, para compreender-se integralmente o sucesso das “Marchas” como elemento cristizador de importantes bases de apoio civil à intervenção militar, não se pode ignorar o arcabouço ideológico constituído anteriormente. Foi o que forneceu a esses movimentos forte ponto de sustentação que, ainda que não explique por si só o fenômeno, tem um papel fundamental na reconstituição das bases sobre as quais se construiu o apoio civil ao Regime.

A religiosidade recebeu importante combustível para ação durante o Comício do Presidente João Goulart na Central do Brasil, em cujo discurso houve referência ao rosário:

Não podem ser levantados os rosários da fé contra o povo, que tem fé numa justiça social mais humana e na dignidade das suas esperanças. Os rosários não podem ser erguidos contra aqueles que reclamam a discriminação da propriedade da terra, hoje ainda em mãos de tão poucos, de tão pequena maioria (apud FICO, 2004:284).

A menção ao rosário aludia a uma manifestação, em fevereiro de 1964, em que mulheres ligadas à LIMDE em Belo Horizonte impediram Brizola de discursar num evento da Frente de Mobilização Popular (FMP), movimento formado pela esquerda trabalhista em favor das reformas de base. Com os rosários nas mãos as mulheres ocuparam o palco do evento e começaram a rezar contra Brizola, causando um grande tumulto e, ao serem retiradas do palco, usaram inclusive cadeiras e sombrinhas contra a polícia. O evento precisou ser transferido para Brasília e Brizola saiu de Belo Horizonte às pressas. Segundo matéria da Revista *O Cruzeiro*, de fevereiro de 1964:

(...) com terço à mão e ajoelhadas, as senhoras da Liga Democrática, que momentos antes ocupavam as cadeiras onde deveriam sentar-se os oradores, começaram a rezar o terço em voz alta junto com Padre Caio de Castro. Formou-se então um tumulto tão grande que, iniciada uma revolução de cadeiradas entre as alas da direita e a esquerda, teve a polícia que lançar mão de bombas de gás lacrimogênio para fazer evacuar o recinto. (...) Trinta minutos após ter chegado o deputado gaúcho teve que se retirar indo diretamente para o aeroporto (...). (*O Cruzeiro*, fevereiro /1964, paginação não disponível).

A manifestação da LIMDE em Belo Horizonte em fevereiro e a resposta de Goulart no Comício do Rio de Janeiro em 13 de março acirraram os ânimos e contribuíram para a ação da UCF-SP na organização da “Marcha” como um momento de reação ao comício de Goulart, quando as tendências comunistas teriam ficado explícitas:

(...) a “Marcha” foi uma reação ao que se configurou na reunião da Central do Brasil (...). Neste dia, o Jango foi para a praça com a mulher, uma coisa que não acontecia naquele tempo. Naquela noite no discurso dele, ele formulou, vamos dizer assim, as idéias fundamentais do comunismo. (Entrevista com dona Maria Paula Caetano da Silva, gravada pela autora, em 26/09/2006, na sede da UCF-SP)

Mais importante do que debater se o teor do discurso de Jango era efetivamente ligado às idéias e princípios comunistas, é perceber os efeitos que suas palavras surtiram. Independentemente de o discurso possuir ou não um cunho esquerdizante, sindicalista ou mesmo pró-comunista, foi assim que seu comício foi recebido pelas entidades femininas,

políticos e religiosos conservadores, que pouco depois estavam empenhados em organizar a mobilização que, de certa forma, selaria o percurso dos eventos posteriores.

A “Marcha” foi pensada então como um desagravo ao rosário:

O problema era simples: Nossa Senhora havia sido ofendida pelas palavras pecaminosas do Presidente da República em referência ao rosário e tudo que havia a fazer era convocar as mulheres de São Paulo para uma grande reunião pública de desagravo ao rosário. Elas compareceriam em massa. Nossa Senhora as escutaria e Deus teria misericórdia do Brasil.
(*Marcha da Família com Deus pela Liberdade*)

Os símbolos da religiosidade e da Mulher Paulista são evocados na constituição da idéia da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. É baseado nestes símbolos que este acontecimento tem seu triunfo.

2. São Paulo vai à “Marcha”

Segundo informações registradas na publicação *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, produzida pela UCF-SP a fim de registrar o processo de organização do evento, no próprio dia 13 de março, após a conversa da Irmã Ana de Lurdes, começaram as articulações para a “Marcha”, que não pararam mais até sua realização. Na madrugada do dia 14 de março, uma reunião na casa do Deputado Cunha Bueno reuniu políticos como o vice-governador Laudo Natel e sua esposa, mulheres ligadas a entidades cívicas e empresários. Todos se responsabilizaram por iniciar os contatos, angariando adesões ao movimento.

Ainda no dia 14 de março, às 17 horas, uma nova reunião, na casa de dona Rosita Pedutti Nogueira, trouxe representantes de algumas das entidades cívicas paulistas que

estiveram na “Marcha”⁴². Entre elas estavam a presidente e a vice-presidente da UCF-SP, Regina Figueiredo Silveira e Acyr Guisard; a presidente e a vice-presidente da Fraterna Amizade Urbana e Rural (FACUR), dona Sebastiana de Almeida Prado e dona Beatriz Whately Thompson, e o presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Dr. Sálvio de Almeida Prado. Este encontro decidiu que a “Marcha” seria realizada dia 19 de março, dia de São José padroeiro da família e do trabalhador e, por sugestão da deputada Conceição da Costa Neves, teria o nome de “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” para, desta maneira, agregar representantes de outras religiões (*Marcha da Família com Deus pela Liberdade*).

Inicia-se, paralelamente à organização da manifestação, a sua divulgação, convocando a sociedade a participar da “Marcha”. A estratégia de divulgação iniciou-se com uma rede de telefonemas entre as famílias participantes da organização e seus conhecidos, passando a seguinte mensagem:

Eu estou telefonando da parte de dona Leonor Mendes de Barros, esposa do Governador de São Paulo. Dona Leonor deseja pedir à dona da casa que esteja, na quinta-feira próxima, dia 19, na Praça da República, para tomar parte na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Dona Leonor espera vê-la, às 4 horas da tarde, quinta-feira, na Praça da República. (*Marcha da Família com Deus pela Liberdade*)

Após a divulgação era pedido para que a família se tornasse multiplicadora da mensagem, repassando-a aos demais amigos e conhecidos. Ao longo de apenas cinco dias diversos municípios do estado de São Paulo haviam sido avisados, e providenciaram transporte e estrutura para a vinda de apoiadores.

⁴² Vide anexo A, sobre as entidades que aderiram à “Marcha” em São Paulo.

Além disso, as reuniões continuavam e incluíam líderes estudantis, o que justificava a idéia de que a “Marcha” refletia uma consciência jovem e não apenas uma visão arcaica de Brasil:

Nela [na “Marcha”] estive a Universidade, quer dizer a juventude, o despontar da consciência do Brasil de amanhã. A “Marcha” não traduziu a mentalidade esclerosada de uma geração impermeável a novas concepções de vida: foi afirmação da realidade brasileira viva num instante da evolução nacional, com a Universidade marchando ao lado da oficina, a Cátedra de acordo com o camponês, o buço que desponta fazendo fila com respeitosa cãs de ancião, por obra da mulher, apenas num caso foi mãe, noutro caso esposa, noutro noiva, irmã ou filha. (*Marcha da Família com Deus pela Liberdade*)

A concentração no dia de São José aconteceu às 16 horas na Praça da República, em frente à placa em memória aos heróis da revolução de 1932. Muitos ex-soldados estavam presentes na “Marcha”, como mostra a reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* chamada “Parece 32”: “Entre os manifestantes é muito grande o número de ex-combatentes da revolução constitucionalista de 1932, ostentando distintivos, medalhas e alguns, os próprios capacetes de combate” (*Folha de S. Paulo*, 20/03/1964). Eram os símbolos de nacionalismos sendo reavivados para o momento de 1964.

Segundo documentos da UCF-SP, antes do horário programado a praça já não comportava a multidão que partiu em direção à Praça da Sé seguindo dona Leonor Mendes de Barros e a cavalaria da Força Pública que, conforme trazia o jornal *Folha de São Paulo* do dia 19 de março de 1964, havia sido cedida pelo governador Adhemar de Barros como parte do esquema de segurança para a realização do evento:

A Polícia dará todas as garantias e, em entrosamento com a Secretaria de Saúde, requisitou duas ambulâncias para atender casos de emergência.

O forte contingente policial, segundo esquematização da Delegacia de Ordem Política, compreende 17 delegados do DOPS, dos quais 7 acompanharam o movimento enquanto o restante estará de prontidão; 210 investigadores de Polícia, dispostos em pontos estratégicos de observação no trajeto compreendido entre as duas praças; 300 guardas civis

igualmente distribuídos; e 4 tropas de choques da Força Pública. Além de dezenas de viaturas do DOPS e da Rádio Patrulha. A Polícia estará em ação a partir das 14 horas para o início da concentração (Folha de S. Paulo, 19/03/1964).

De acordo com relato de dona Amália Ruth, “a idéia era reunir na Praça da República e ir à Praça da Sé, mas houve um momento em que quem estava na Praça da República não podia mais ir!” (entrevista com dona Amália Ruth Borges Shimidh, gravada pela autora, em 25/09/2007, na casa da entrevistada), tamanha quantidade de pessoas que ocupavam todo o espaço do percurso entre a Praça da República e a Praça da Sé. O relatório produzido pela entidade contava 700.000 pessoas no momento dos discursos⁴³. O exemplar especial da revista *Seleções do Reader's Digest*, *A nação que salvou a si mesma* (Novembro de 1964: 108), traz o número de 600.000 pessoas em frente à Catedral Metropolitana de São Paulo. Não é possível saber com precisão este número, mas de qualquer forma foi uma multidão, sobretudo considerando-se os métodos e o curto período de divulgação do protesto.

Após dona Leonor hastear a bandeira com o Hino Nacional cantado pela multidão, dona Amália Ruth Borges Schmith leu a “Oração a Anchieta”, composta por ela especialmente para a ocasião da “Marcha”⁴⁴:

(...) Dai-nos a paz e a ordem, convertei os maus e os opressores – fazei que os justos e os dignos triunfem e não sejam arrebatados das nossas mãos os estandartes da fé e da pátria.

De joelhos, ó apóstolo do Novo Mundo, nós suplicamos à Mãe de Deus, que é Vossa Mãe e também nossa Rainha do Brasil, a Virgem Aparecida, para que guarde e proteja nossas liberdades e a família brasileira – não permitindo que esta nação e seu povo se transformem em nação mártir e num povo oprimido, com as nações e os povos escravizados do brutal e ateu comunismo.

43 Relatório de atividades da UCF-SP no período de organização da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Arquivo da UCF-SP.

44 Vide anexo B, que tem a versão completa da “Oração a Anchieta”.

(...)

Eles infiltraram o nosso país, o nosso Governo, as nossas Forças Armadas e até as nossas Igrejas com servidores do totalitarismo exótico para nós e que tudo destrói... Mãe de Deus, defendei-nos contra a sorte e o sofrimento das mulheres martirizadas de Cuba, da Polônia, da Hungria e de outras nações escravizadas! (Diário da Noite, 20/03/1964).

Muitos ocuparam o palanque da “Marcha”, entre eles o deputado Cunha Bueno, que em seu discurso denominou a “Marcha” como “um ato de fé numa hora de trevas” (*Marcha da Família com Deus pela Liberdade*), além de levantar aplausos com o BASTA ao presidente da República:

Basta Senhor presidente da República! Basta às tentativas de comunizar o país, que respeita a Democracia e continua desejando respirar o clima de liberdade em que nascemos! Basta, de corrupção e de falta de patriotismo! Basta, Presidente João Goulart, pois a família brasileira começa a encher as ruas e as praças, numa palavra de ordem contra o comunismo! (*Marcha da Família com Deus pela Liberdade*)

No palanque da “Marcha” esteve também Padre Calazans, senador pela UDN, que fechou seu discurso da seguinte maneira: “Fidel Castro e Leonel Brizola não são nossos patronos, mas patronos do Comunismo internacional” (*Marcha da Família com Deus pela Liberdade*). Também subiram ao palanque líderes estudantis, outros religiosos, diversos políticos e representantes de entidades civis que aderiram à “Marcha”. Nos discursos alguns elementos são uma constante: a defesa da democracia, das liberdades individuais, a manutenção da propriedade e da religião, elementos constitutivos da visão do mundo do grupo social que liderou o protesto.

Segundo dona Maria Paula, a manifestação era contra tudo o que causava a degeneração da sociedade e, nesse sentido, ao seu entender a “Marcha ainda não acabou” (Entrevista anotada pela autora em Março/2005, na sede da UCF-SP), pois “as mulheres de hoje usam calças compridas” (Entrevista anotada pela autora em Março/2005, na sede da UCF-SP); ou seja, acredita que as mulheres de hoje não mais correspondem àquelas que

naquele momento encontraram em si próprias os imperativos e as motivações para a ação civil – dispostas a defender a pátria, a família e a religião dos perigos comunistas. Isto nos remete ainda à questão de que as entidades femininas inserem-se na batalha pela preservação da visão do mundo predominante em determinados setores das camadas médias e altas da sociedade brasileira dos anos de 1960, possuindo na “Marcha” figurativo determinante dessa batalha.

O evento do dia 19 de março significou o consentimento da sociedade civil ao golpe militar de 1964. Na própria documentação da entidade isso aparece de forma clara: “Na Hora da verdade, as Forças Armadas brasileiras tiveram a afirmação que esperavam da opinião pública deste país” (*Marcha da Família com Deus pela Liberdade*). A partir da realização da “Marcha”, as Forças Armadas perceberam que sua ação seria legitimada pela sociedade, ou ao menos por parte significativa desta.

3. As “Marchas” pelo Brasil

No mesmo momento em que se iniciaram os preparativos para a “Marcha” de São Paulo, uma comissão encarregou-se de fomentar outras “Marchas” pelo Brasil. Dona Acyr Guisard e dona Maria Paula Caetano da Silva, respectivamente vice-presidente e secretária da UCF-SP, foram as dinamizadoras deste processo. Junto com o deputado Cunha Bueno, foram a Porto Alegre, onde reuniram por volta de 600 mulheres, para levar a mensagem da “mulher paulista”. Em outros lugares acionaram conhecidos políticos ou religiosos para reunir lideranças femininas: em Minas o pastor Athos Vieira de Andrade se encarregou desta função, na Bahia e no Paraná as esposas dos respectivos governadores de estado foram as organizadoras (*Marcha da Família com Deus pela Liberdade*).

As lideranças paulistas dedicaram-se também ao auxílio na organização da “Marcha” de Santos. Neste local aconteceu algo peculiar, o esforço em demonstrar que a manifestação contava com apoio dos trabalhadores santistas. O motivo era simples, havia em Santos uma tentativa muito forte por parte de alguns sindicatos de trabalhadores para neutralizar a “Marcha” por meio de um outro protesto, a “Marcha dos Humildes e Necessitados pelas Reformas de Base”. Autoridades religiosas e políticas santistas ligadas a trabalhadores foram mobilizadas e uniram-se à UCF-Santos para levar adiante a idéia do protesto similar ao de São Paulo: “Êles sabiam que a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” demonstraria eloqüentemente, como veio a demonstrar, que as massas trabalhadoras e camponesas eram convictamente anti-comunistas” (*Marcha da Família com Deus pela Liberdade*). A empreitada anticomunista foi bem-sucedida e a “Marcha dos Humildes” não chegou a ocorrer, enquanto que a “Marcha da Família” aconteceu dia 25 de março de 1964.

No Rio de Janeiro a organização ficou a cargo da CAMDE que, após estar presente na “Marcha” de São Paulo, iniciou a organização para a “Marcha” do Rio. Enquanto o protesto ia sendo organizado aconteceu o golpe militar, e a “Marcha” do Rio de Janeiro, que aconteceu a 02 de abril de 1964, revestiu-se de um caráter comemorativo. Sendo chamada de “Marcha da Vitória”, o evento centrou-se no apoio ao novo governo “democrático” (PRESOT, 2004: 16).

De acordo com Aline Presot, ocorreram 69 “Marchas” entre março e junho de 1964 (PRESOT, 2004:72) e, segundo a autora, as manifestações contaram com lideranças da “Marcha” de São Paulo. Além disso, revestiram-se de elementos de caráter local,

incorporando peculiaridades regionais à “Marcha” e preenchendo a manifestação de sentido para a população regional (PRESOT, 2004: 83)⁴⁵

4. Elementos sociais da “Marcha”

Bastante emblemáticos são os noticiários sobre a Marcha ocorridos no dia posterior ao evento. Como exemplo, tomemos o *Diário da Noite*, que trouxe a Manchete “Mulher Paulista em Prece a Anchieta” (*Diário da Noite*, Sexta-feira, 20 de março de 1964). Há no próprio título dois elementos distintos dignos de consideração. De um lado, a definição do agente: “mulher paulista”. Exercendo a função primeira de cuidar, despertar, estar adiante da família – no caso, a Pátria. Pela Liberdade, a mãe da família clama a Deus em marcha.

A trilogia Deus, Pátria e Família é um elemento que já estava presente no imaginário da sociedade brasileira na década de 1930, período no qual ocorre a primeira grande “onda” anticomunista (MOTTA, 2002: 179-230)⁴⁶. Cabe deixar claro que não se está criando uma identidade entre os movimentos de ambas as épocas, existem diferenças que são inerentes às próprias transformações sociais ocorridas entre os dois períodos. Como assinala Motta, o anticomunismo característico da segunda grande “onda” (1961-1964) abarca outras religiões além do catolicismo, até por isso a “Marcha” se propõe também a certo ecumenismo religioso; denuncia, além das atrocidades físicas, a fragilidade

⁴⁵ A “Marcha” de Curitiba foi batizada de “Marcha a favor do Ensino Livre” e colocava em evidência uma questão local a respeito da adoção de um livro único adotado pelo MEC (CODATO e OLIVEIRA, 2004: 275). Também em Barbacena a “Marcha” sofre uma resignificação incorporando símbolos religiosos regionais (PRESOT, 2004, 68).

⁴⁶ A referência aqui é ao período Constitucional da era Vargas (1934-1937), marcado pela polarização ideológica entre Aliança Nacional Libertadora (ANL) e Ação Integralista Brasileira (AIB). Esta última, sob a liderança de Plínio Salgado, possuía forte discurso anticomunista. Para maiores informações sobre tal movimento, ver CHASIN, J. *O Integralismo de Plínio Salgado*. Belo Horizonte: Una Editoria, 1999. Tal obra possui dentre muitos méritos o de relativizar a inculcada relação entre o integralismo brasileiro e o fascismo italiano. Demonstra também a forte identificação do movimento para com a ortodoxia católica.

econômica do mundo comunista; e não se concentra tanto na figura do estrangeiro como ameaça comunista. Permanece forte, no entanto, a representação da “Intentona Comunista”, como ficou conhecido o levante de 1935⁴⁷ (MOTTA, 2002: 244).

A “Intentona Comunista” forneceu a idéia do “perigo comunista”, um dos principais elementos simbólicos da reação civil em 1964. Da mesma maneira que nos anos de 1930, quando os grupos anticomunistas conclamavam-se cristãos, democráticos, nacionalistas⁴⁸, a “Marcha” anuncia: “Nos céus do Brasil, apenas poderão tremular os pavilhões da Paz, da Fé e da democracia” (*Diário da Noite*, Sexta-feira, 20 de março de 1964). São os elementos centrais do anticomunismo presentes nos dois períodos. De acordo com Motta, “as representações anticomunistas, *grosso modo*, provêm de três matrizes básicas, quais sejam, cristianismo, mais precisamente catolicismo, nacionalismo e liberalismo” (MOTTA, 2002: 17-18). A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” carrega em seu próprio título os conceitos aos quais o autor se refere, adquirindo, portanto, o caráter anticomunista como pressuposto.

A defesa da democracia como um valor desprovido de seu significado conceitual é uma característica do liberalismo presente no discurso anticomunista. Na “Marcha” todos os imperativos estavam a serviço da “democracia”, como mostra o comunicado da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo para que os industriais e operários “compareçam a essa demonstração pública de defesa e de respeito às tradições cristãs e democráticas de nossa pátria” (*Folha de S. Paulo*, 19/03/1964). Além disso, a

⁴⁷ Levante organizado pela ANL composto predominantemente por membros do Partido Comunista Brasileiro e que pretendia depor Getúlio Vargas.

⁴⁸ Dizia Plínio Salgado, em uma de suas obras sobre o integralismo, *O Integralismo perante a nação*: “neste livro, além da recomposição histórica de fatos maldosamente deturpados, poder-se-á apreciar toda a evolução de um pensamento político cristão, democrático e nacionalista” [grifos meus]. Apud CHASIN, 1999: 34.

garantia da propriedade privada é um forte elemento presente nos imperativos da “Marcha” e que representa elemento basilar do liberalismo.

O discurso nacionalista é explícito no tom da “Prece a Anchieta”. O próprio ato de direcionar-se a Anchieta, aclamado como o “apóstolo do Brasil”, já demonstra o cunho nacionalista que tenta impor-se ao movimento. Somado o fato de Anchieta haver tornado-se conhecido por sua virtude na defesa de brasileiros nativos contra a escravidão que lhes era imposta, assim como sua figura de protetor na luta contra a escravidão iminente do comunismo, encaixa-se fielmente ao discurso diretivo da “Marcha”⁴⁹.

Autora do texto da “Prece a Anchieta”, dona Amália Ruth fala sobre a motivação da composição:

Eu queria fazer alguma coisa como a “Canção do Expedicionário” que foi outro momento que a gente viveu intensamente, quando o Brasil declarou guerra ao Eixo, na Segunda Guerra Mundial. (...) Então Guilherme de Almeida compôs a “Canção do Expedicionário. (...) Era uma letra muito bonita! Eu disse: Eu quero fazer uma coisa que somos nós todos. O nosso sangue de brasilidade está agora aqui. E nós estamos diante do Anchieta, em frente à catedral, e eu quero que o Anchieta, que era um beato, nos ajude. E ele me ajudou a escrever. (entrevista com dona Amália Ruth Borges Shimidh, gravada pela autora, em 25/09/2007, na casa da entrevistada)

Na prece a Anchieta, que era considerado um educador, o pedido maior é pela desalienação: “acordai nossa gente e a pátria” (*Diário da Noite*, op. cit.). Sendo assim, a “Marcha” surge como elemento representativo da luz, do esclarecimento, do despertar do povo brasileiro, que não estaria atento para o que estava a ocorrer ao seu redor.

Dessa forma, a “Marcha” ganha uma face muito mais ampla do que mero instrumento de protesto – imbui-se de uma face conscientizadora – ampliando-se assim o

⁴⁹ Informações adicionais sobre José de Anchieta, sua obra e sua presença no imaginário nacional podem ser encontradas em de VIOTTI, Hélio Abranches. *Anchieta, o apóstolo do Brasil*. São Paulo, Edições Loyola: 1980.

objeto para quem se dirige. Se por um lado o movimento tinha uma função representativa da opinião pública, demonstrando a indignação com as propostas aludidas na semana anterior, no Comício da Central do Brasil, tinha também a “Marcha” o objetivo de despertar a gente e a pátria para o perigo que rondava, imperceptível para muitos. Deste modo, absolutiza-se o mal comunista – o mal só não é percebido pelos que dormem – e elitiza-se o movimento ao transformar a “Marcha” em um movimento de indignação para um encontro de esclarecidos, na missão de despertar os que perecem no sono.

Fica claro pelas imagens da “Marcha” que não eram apenas mulheres que estavam ali presentes. Contudo, o papel invertia-se. Enquanto as mulheres tradicionalmente possuíam um papel coadjuvante, de ajuda nas atividades as quais possuíam nos homens o papel de liderança, agora eram elas que estavam à frente, como cabeças, tal qual o fazia geralmente na família: ao homem cumpria prover o sustento, mas era à mulher que cumpria a organização do lar, da família em si:

A mulher vê no fruto do seu amor a coroa de seus sonhos de maternidade. (...) A mãe, coração da família, colaboradora do homem, reparte carinho e ternura, e circunda o lar naquela atmosfera de bondade e alegria, e une a todos pelo amor materno. (FC, Março/1963: 16)

Cabia, pois, à mulher, normalmente destinada a ocupar o espaço doméstico, tomar a frente desse movimento de conscientização, de despertar da sociedade brasileira para a "ameaça" comunista. Na realidade, ela não fazia isso no lugar do homem, mas ao seu lado – dado que esse pretendia ser um movimento de apoio a outras iniciativas de cunho anticomunista e lideradas pelos homens. A conjuntura representava tamanha ameaça que era preciso que a “mulher brasileira” saísse do recôndito do seu lar, entrando em ação na arena pública, auxiliando e complementando o trabalho masculino.

A ocasião da “Marcha” representa um momento privilegiado para observar o pensamento de um grupo social. Segundo Goldmann, “visões do mundo não são fatos individuais, mas sim fatos sociais” (GOLDMANN, 1979: 73), e, neste sentido, a “Marcha” realizou, além de tudo, a materialização da visão do mundo de um grupo social. Ao comentar sua motivação para escrever a *Canção de Anchieta*, dona Amália Ruth revela um traço marcante do momento: “Eu quero fazer uma coisa que somos nós todos”, diz ela. A noção de totalidade aponta para a dimensão do fato social, a que se refere Goldmann, e transforma a “Marcha” na expressão material da visão do mundo de setores conservadores das camadas altas e médias da sociedade brasileira.

5. A Primeira-dama das Marchas

A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” foi convocada em nome de dona Leonor Mendes de Barros e a sua figura ocupou lugar de destaque no dia 19 de março. Dona Leonor seguiu com a Força Pública, guiando a “Marcha” entre a Praça da República e a Praça da Sé, endossando a idéia propagada pelas entidades de que a “mulher paulista” estava à frente da defesa da pátria contra o comunismo iminente.

Em 1964 dona Leonor era primeira-dama do estado de São Paulo pela terceira vez. Adhemar de Barros⁵⁰, com quem era casada desde 1927, foi o interventor de São Paulo instituído por Getúlio Vargas no Estado Novo de 1938-1941, cargo do qual foi demitido sob a alegação de corrupção; foi governador de São Paulo pela primeira vez entre 1947-

⁵⁰ Para uma reconstituição da carreira política de Adhemar de Barros ver: CANNABRAVA FILHO, Paulo. *Adhemar de Barros: trajetória e realizações*. Editora Terceiro Nome: São Paulo, 2004. O livro, no entanto, não entra no mérito da problematização da figura política de Adhemar em sua complexidade, restringindo-se a relatar fatos.

1951, tendo dado importante suporte à campanha de Getúlio à presidência da república. Após um período de exílio no Paraguai⁵¹, assume a prefeitura de São Paulo em 1957 e, em fevereiro de 1963, toma posse novamente como governador do estado de São Paulo.

Dona Leonor era o modelo de “mulher brasileira” e, sobretudo, de “mulher paulista”, mais adequado aos setores conservadores das camadas médias e altas brasileiras. Para estes, tratava-se de uma mulher que zelava pela pátria, pelo povo, transformando a nação em extensão de seu lar e o povo em sua família. Mesmo grupos distintos do ponto de vista econômico mostram-se imbuídos desse conceito de mulher, como se vê nessa homenagem que foi prestada à dona Leonor por funcionários da Secretaria de Segurança Pública:

À Exma Senhora D. Leonor Mendes de Barros, modelo de virtude e de bondade – protótipo da Mulher Brasileira – a homenagem sincera das funcionárias da secretaria da segurança pública, personificando a mulher que trabalha, com os votos de um feliz ano novo ao lado do seu digníssimo esposo. (Homenagem das Funcionárias da Secretaria de Segurança Pública, sem data, Arquivo Público do Estado de São Paulo)

A atividade assistencial que dona Leonor exercia era identificada com uma atitude de civismo e bom cumprimento de seus deveres patrióticos: “D. Leonor Mendes de Barros, exemplo e símbolo das virtudes e do alto sentido de civismo da mulher brasileira.” (Dedicatória da publicação *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, Arquivo Rádio e Televisão Bandeirantes).

No entanto, em alguns aspectos, a figura de dona Leonor e de Adhemar não podem ser separadas. Ambos eram profundamente admirados pelas mulheres que estiveram na UCF-SP:

⁵¹ Teve voz de prisão decretada em março de 1956 em razão de um processo de peculato e improbidade administrativa movido por Jânio Quadros (CANNABRAVA FILHO, 2004: 97).

Ele [Adhemar] era uma pessoa que todo mundo gostava, dizia “rouba, mas faz”. Mas ele tinha uma personalidade... Dos casos e contos dele, tem um que eu adoro: numa inauguração... Já era esse clima de agitação da revolução, ele foi numa inauguração acho que para lá das bandas de Paranapanema... Alguma coisa importante. E a pessoa que ia recebê-lo, o prefeito local, tirou um calhamaço deste tamanho e abriu na frente do Ademar assim. Quando ele terminou a primeira página, o Adhemar pegou, mas pegou pelo meio assim, e disse: “o resto eu leio em casa”. Este era o Adhemar. Ele foi educado na Europa, era um homem... (Dona Maria Paula Caetano da Silva, em entrevista concedida à autora em 26/09/2006, na sede da UCF-SP).

Observa-se, inclusive, uma inversão dos valores morais aos quais essas mulheres católicas e conservadoras eram tão apegadas. A questão da corrupção passa ao lado e é tolerada ou, mais que isso, normalizada: “Tinha longa fama que ele roubava, diziam, mas eu não sei pra quem ele roubou, porque ele viveu pobre, morreu pobre...” (D. Maria Paula Caetano da Silva em entrevista concedida à autora em 26/09/2006, na sede da UCF-SP). Isso em nome do que a figura de Adhemar representava politicamente: a manutenção da ordem social no que diz respeito à religião, à propriedade e à proteção contra o perigo comunista.

Ao longo da trajetória política de Adhemar, dona Leonor esteve à frente de diversas obras assistenciais e, segundo relatório de sua secretária, “de tal alcance foi sua iniciativa – tanto em fases de prestígio como esposa do governador do estado, quanto em outras épocas – que sua participação se projeta, sem dúvida, como símbolo da mulher paulista” (Relatório sobre a vida, atividades e títulos de dona Leonor Mendes de Barros, elaborado por dona Paulina Evelina Cervo, secretária de dona Leonor).

A mais destacada das obras de dona Leonor foi a Bandeira Paulista contra a Tuberculose, fundada por ela mesma em 1947 em Campos do Jordão para atender os doentes de tuberculose que não possuíam renda para financiar o tratamento. Além de inúmeras outras obras assistenciais, fundou a Assistência Social Leonor Mendes de Barros

e a Casa Maternal, em São Paulo, e os Pavilhões Leonor Mendes de Barros e Nossa Senhora das Graças, ambos no Hospital do Mandaqui⁵². As iniciativas eram voltadas principalmente para as mães e crianças carentes.

Tradicionalmente realizava a Campanha de Natal das Crianças Pobres, momento em que emitia as “Mensagens de Natal”, nas quais enviava seus votos para as “mulheres paulistas”:

Deixo aqui o meu apelo para a mulher brasileira, afeita às mais variadas atividades, no sentido de transmitir um pouco de seu coração, que eu sei tão cheio de amor e de ternura, àqueles que comandam a nossa terra, quer nos campos, nas indústrias, no comércio, na política, na diplomacia e nas lutas cívicas em que forjamos a grande nação de futuro. (Mensagem de Natal, 1960, Arquivo Público do Estado de São Paulo)

Em seus aniversários, distribuía presentes para crianças e levava seus filhos para participarem desses eventos. Dona Maria de Barros Figueiredo Ferraz, a Mariazinha, filha caçula que desde os 10 anos esteve presente com a mãe nessas ocasiões, considera as obras assistenciais dirigidas por sua mãe como parte integrante da carreira política de Adhemar. Assim, segundo ela, haveria mais fundos e maiores possibilidades de realizações dos projetos de dona Leonor. Além disso, o fato de o pai ser médico influenciou o sentido da obra assistencial da mãe. No entanto, é patente, segundo dona Mariazinha, a personalidade “nata” afeita à caridade de dona Leonor (Entrevista anotada pela autora em 11/01/2007, no escritório da entrevistada).

Também no relatório de sua secretária pessoal aparece esse caráter próprio à caridade de dona Leonor: “A atividade que desenvolveu no setor assistencial nunca teve caráter transitório, ou de exteriorização da posição ocupada, constituindo antes decorrência

⁵² Informações que constam do relatório sobre a vida, atividades e títulos de dona Leonor. Elaborado por dona Paulina Evelina Cervo, secretária de dona Leonor. Arquivo pessoal da autora.

natural de seu próprio modo de ser.” (Relatório sobre a vida, atividades e títulos de dona Leonor Mendes de Barros, elaborado por dona Paulina Evelina Cervo, secretária de dona Leonor). Baseada nestes argumentos a imagem de dona Leonor é cultuada como uma “mulher brasileira” ideal que tem na função de amparar seu sentido de viver. Neste caso extrapola o espaço da família e do lar para zelar pela nação e seus cidadãos.

Cabe ressaltar a importância política para Adhemar de Barros da atuação assistencial da primeira-dama e, por este motivo, dona Leonor foi também um importante trunfo eleitoral. Participou como promotora política nas campanhas eleitorais e iniciou a criação do Movimento Político Feminino, fundado em setembro de 1947, criou o Departamento Feminino no Comitê da Vitória na campanha de 1954, além de participar dos comícios e organizar festas e reuniões para as campanhas de Adhemar (CANNABRAVA FILHO, 2004: 196).

Dona Leonor representa o projeto de “mulher brasileira” em vigor nos anos de 1960 para determinadas camadas da sociedade, e também por isso tem uma importância simbólica fundamental na ocasião das “Marchas”:

Ela era uma mulher que participava em muitas atividades, não só de caridade, mas em algumas atividades femininas importantes. E ela era mulher do governador, mas como mulher do governador, ela não comprava vestido em costureiro não, sabe? Ela fazia coisas pelos outros. Ela montou creches, hospitais... Tudo em benefício da comunidade. Ela foi muito ativa nisso. Uma mulher de grande distinção: um exemplo! (Dona Violeta Maciel de Castro em entrevista concedida à autora em 5/12/2006, na casa da entrevistada).

A própria dona Leonor destacava sua participação na preparação da “Marcha” e no apoio ao golpe de 1964:

... desde 1963, nos Campos Elíseos, grupos de senhoras de São Paulo e da Guanabara atendiam ao meu apelo, a fim de que déssemos as mãos para

defender a Democracia ameaçada. A 19 de março a “Marcha” empolgava São Paulo e o Brasil. Não há dúvida. Passei noites em claro pela felicidade e pela paz de nossa terra. É o patrimônio que deixo a meus filhos e netos. (Entrevista anexa à Mensagem de Natal de 1964. Arquivo da Rádio e Televisão Bandeirantes)

Mesmo depois da cassação de Adhemar pelo regime militar em 1966 e de sua morte no exílio em 1969, dona Leonor continua sendo um exemplo para as mulheres que estiveram na “Marcha”:

A dona Leonor foi uma dessas pessoas que deixou uma marca. Independente do marido, que era político, havia quem amasse, havia quem odiasse. Sendo esposa dele, ela passou toda a fase, inclusive contraditória, da política do marido como uma mulher exemplo. Todo o trabalho dela para o estado de São Paulo, desde Campos do Jordão... Foi a primeira mulher que fez um sanatório que tem até hoje o nome dela em Campos do Jordão. Ela era uma mulher extraordinária. (Entrevista com dona Amália Ruth Borges Shimidh, gravada pela autora, em 25/09/2007, na casa da entrevistada)

A atuação de dona Leonor não foi apenas um exemplo para as mulheres de camadas sociais elevadas, ela representou um projeto de mulher importante para os setores católicos e conservadores dos anos 60 que, junto com o anticomunismo, era elemento constituinte de uma visão do mundo que foi capaz de mobilizar a sociedade civil em prol do golpe militar de 1964.

Considerações Finais

A mulher ideal, para os setores conservadores da sociedade brasileira, definia-se pelas ocupações femininas tradicionais – cuidado com os filhos e com o lar, doçura, resignação, instinto materno e demais elementos que a definissem como dona de casa. E, na busca de transmitir um receituário para tornar-se ou manter-se sendo tal mulher, a *Revista Família Cristã* ocupou um importante papel, indicando qual seria o comportamento ideal para a mulher. Isso se deve à inserção da revista entre um público feminino que, além de ser ligado ao catolicismo, possuía condições financeiras para adquirir as revistas⁵³, estando, portanto, entre as camadas médias e altas da sociedade brasileira.

Analisando-se os discursos da *Revista Família Cristã*, observa-se que não se está simplesmente criando e conservando conceitos, como também reagindo contra as mudanças comportamentais que estavam a se desenhar nas últimas décadas em um ritmo cada vez mais frenético. Daí a necessidade de se constituir um discurso valorizador da mulher naquilo que a definia como “anjo do lar”, singularizando e preservando-lhe os traços que tinham sido por tempos considerados como característicos da mulher como tal: boa mãe, sensata, virtuosa, boa esposa, responsável pela boa condução moral, espiritual e física do espaço doméstico.

Esse panorama mostra a visão do mundo que setores conservadores das camadas altas e médias partilhavam e reproduziam no tocante à mulher e à sua função na sociedade. No entanto, encontramos uma maneira reveladora de enxergar a mulher: ao mesmo tempo em que se encontra destinada a agir no espaço doméstico como mãe e esposa, ela é também a multiplicadora dessa visão do mundo e, neste sentido, doutrinadora de novas gerações. Essa

⁵³ A distribuição da revista dava-se principalmente por assinaturas.

mulher, que se mantinha no espaço que lhe foi reservado, o doméstico, finda por ser aquela que toma o espaço público a fim de defender a nação contra o “perigo comunista” que acreditava estar por vir e sobre o qual, aliás, a *Revista Família Cristã* fez inúmeras reportagens nos anos de 1962, 1963 e 1964. Esse movimento está, no entanto, inserido na mesma lógica anterior que entende a mulher como guardiã do lar, da família e da religiosidade. Ela apenas se desloca momentaneamente para o espaço público, como se este fosse a extensão de seu próprio lar.

Dentro dessa visão do mundo é que são fundadas as entidades femininas, a partir de 1962, as quais desempenham um papel fundamental reunindo as mulheres, divulgando o anticomunismo na sociedade e reivindicando o golpe militar de 1964. Dentre essas entidades a UCF-SP tem uma atuação central, como primeira entidade a se organizar, ainda em fevereiro de 1962. Foi importante para a fundação de outras unidades da UCF no estado de São Paulo (Santos, Santo André, São Vicente, São Carlos, Taubaté e Araraquara), em outros estados (Curitiba, Paranaguá, Londrina, Joinville, Salvador, João Pessoa e Goiânia), assim como de outras entidades congêneres e de grande importância: CAMDE-RJ, CAMDE-Florianópolis, Ação Democrática Feminina (ADF) de Porto Alegre e Movimento Democrático Feminino (MDF) de Fortaleza.

Também foi de responsabilidade da UCF-SP a organização da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que se realizou em São Paulo em 19 de Março de 1964. A “Marcha” de São Paulo foi a primeira de uma série de outras que ocorreram e foi importante para que os militares tivessem segurança de que a sociedade civil não apenas estava de acordo com a retirada do presidente João Goulart, mas reivindicava e esperava essa atitude das Forças Armadas.

A “Marcha” foi organizada em resposta ao comício de João Goulart em 13 de Março de 1964, na Central do Brasil, no qual o presidente destaca a importância das reformas de base, o que é entendido como uma facilitação para a entrada do regime comunista no Brasil. Além disso, o discurso gera muita polêmica ao fazer referência à utilização do Rosário em manifestação das mulheres mineiras da LIMDE contra Brizola em Belo Horizonte, episódio que ficou conhecido na imprensa da época como “noite das cadeiradas”. Por este motivo, a “Marcha” deveria se chamar “Marcha em desagravo ao Santo Rosário”, e finda por ter o nome de “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” para que todas as religiões pudessem participar.

A partir do dia 14 de março inicia-se então a organização da manifestação que foi convocada em nome de dona Leonor Mendes de Barros, primeira-dama do estado de São Paulo, que possuía longa tradição em assistência social e em obras de caridade. A figura de dona Leonor é bastante representativa do ideal de “mulher brasileira” do período: a mulher cuidadora do lar, dos filhos e do marido. Da mesma forma ocupa o espaço público: exercendo a caridade, zelando pelo bem-estar da nação e pela segurança da religião e da propriedade.

O caso de dona Leonor é especialmente representativo por ser esposa de Adhemar de Barros, que em 1964 era governador eleito do Estado de São Paulo pela segunda vez⁵⁴, além de possuir uma longa carreira política em São Paulo que inclui o cargo de deputado estadual (1934-1937), interventor (1938-1941) e prefeito da capital paulistana (1957-1961). Típico político corrupto e com muitas obras e benfeitorias no currículo, Adhemar deixou uma nefasta herança para a política brasileira. A figura de dona Leonor encaixa-se

⁵⁴ A primeira foi entre 1947 e 1951 e a segunda entre 1963 e 1966.

perfeitamente na lógica desse tipo de fazer político e ambos eram ícones dos setores conservadores das camadas médias e altas que estiveram na campanha de apoio e reivindicação do golpe de 1964.

Após o golpe militar, que se concretizou entre 31 de março e 1º de Abril, as entidades ainda sobreviveram por um curto período, mas já no início dos anos 70 a maioria havia desaparecido por diferentes motivos. Tendo em vista o contexto de criação dessas entidades, fica claro que, após o golpe militar, elas perdem o sentido de sua existência. A UCF se configura como exceção e permanece ainda em atividade e com diversas unidades, enfrentando, no entanto, uma mudança de paradigmas, voltando-se quase que exclusivamente para a assistência social.

A maioria das mulheres que estiveram na fundação dessas entidades femininas apoiou o regime militar que sucedeu ao golpe. Algumas consideram inclusive que o regime deveria ter sido mais duro, conforme afirma dona Maria Violeta:

Para mim foi pouco! Eu acho que ela foi muito mansa. E a ditadura não foi uma ditadura muito de verdade também porque você vê: tinha congresso aberto, judiciário funcionando... Onde está a ditadura? O pessoal chama de ditadura porque quer se glorificar como guerrilheiro, esses que andavam de espingarda na mão...

Mesmo as que, à luz de toda reflexão que o passar do tempo possibilita, acreditam que os militares tenham se excedido, não duvidam, no entanto, de que estavam agindo para evitar o “grande perigo comunista”, como declara dona Amália Ruth: “o que aconteceu depois foi golpe dentro do que foi feito. Porque o que nós queríamos era afastar o que estava acontecendo. Depois, quando o militar gostou do poder e lá se instalou.” (Entrevista com dona Amália Ruth Borges Shimidh, gravada pela autora, em 25/09/2007 na casa da entrevistada). Isso porque estavam imbuídas de uma visão do mundo em que o perigo

comunista representava o fim de tudo o que deveriam proteger: a família, a religião e propriedade.

Bibliografia

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.
- ABREU, Alzira Alves de et alii (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2001. Versão Multimídia.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru: EDUSC, 2005.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*. Bauru: EDUSC, 1999.
- _____. “Estado autoritário brasileiro pós-64: conceituação, abordagem historiográfica, ambigüidades, especificidades”. In: Seminário 40 anos do golpe de 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro). *1964-2004: 40 anos do golpe: Ditadura Militar e Resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: Letras, 2004, p. 55-70.
- _____. “1964-2004; um olhar retrospectivo”. In: *Revista Tempo Brasileiro*, nº 158. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 37-57.
- _____. “A especificidade do regime militar brasileiro: abordagem teórica e exercício empírico”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org). *Intelectuais, história e política*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2000, p. 271-289.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO: *Brasil: Nunca Mais*. 3ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ASSIS, Denise. “Mulheres: por Deus e pela Família” In: *Propaganda e cinema a serviço do golpe*. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2001, p. 53-66.
- BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- CANNABRAVA FILHO, Paulo. *Adhemar de Barros – trajetórias e realizações*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2004.
- CHASIN, J. *O Integralismo de Plínio Salgado*. Belo Horizonte: Una Editoria, 1999.
- CODATO, Adriano Nervo e OLIVEIRA, Marcos Roberto de. “A Marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964”. IN: *Revista brasileira de história*, 2004, vol. 24, nº 47, p. 271-302.
- DANTAS, Eudóxia Ribeiro. *Voltando no tempo*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1998.

D'ARAÚJO, Maria Celina et al. (orgs.) *Visões do Golpe. A Memória Militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. (orgs.) *Os Anos de Chumbo. A Memória Militar sobre a Repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. (orgs.) *A Volta aos Quartéis. A Memória Militar sobre a Abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina & CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

_____. (orgs.) *Militares e Política na Nova República*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

DARTON, Robert. *O grande massacre dos gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *João Goulart – entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

_____. *Além do Golpe*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

GÁSPARI, Élio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOLDMANN, Lucien. *Dialectica e Ciências Humanas*. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

_____. *Dialectica e Ciências Humanas II*. Lisboa, Editorial Presença, 1973.

_____. *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOMES, Angela de Castro & FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 5ª. Edição, revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Ática, 1998.

GRIBBLE, Richard. Anti-communism, Patrick Peyton, C.S.C. and the C.I.A. In: *Journal of Church and State*, Jun /2003, nº. 45, pp. 535–558.

_____. The Latin American Crusades – 1959-1966. in: *American apostle of the Family Rosary – the life of Patrick J. Peyton, CSC*. New York: A Herder & Herder Book, 2005, pp 151-202.

IANNI, *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1988.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao sul do Rio Grande - Imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

MACIEL, Wilma Antunes. *O capitão Lamarca e a VPR: repressão judicial no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2006.

MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Org). *História da vida privada no Brasil – Volume 3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MORAES, Letícia Nunes de. *Leituras da Revista Realidade (1966-1968)*. São Paulo: Alameda, 2007.

MORAES, Letícia Nunes de. *Cotidiano & Política: Carmem da Silva e David Nasser*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 2007. (tese de doutorado)

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/ FAPESP, 2002.

O'DONNELL, Guillermo & SHILLING, Cláudia. *Análise do Autoritarismo Burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

PIMENTEL, Silvia. Evolução dos Direitos da Mulher – norma, fato, valor. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1974, p.46.

PINHEIRO, Luiz Adolfo. *JK, Jânio e Jango - Três Jotas que abalaram o Brasil*. Brasília: Letraviva, 2001.

POWER, Margaret. “More than mere pawns”. IN: *Jornal of Womens’s History*, vol. 16, nº 3, p. 138-151.

_____. *Right-wing women in Chile: feminine power and struggle against Allende (1964-1973)*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2002.

PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS, 2004. (dissertação de mestrado).

RAGO, Antônio. *A ideologia de 1964: os gestores do capital atrofico*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1998 (tese de doutorado).

_____. *A ideologia de 1964: os gestores bonapartistas do capital atrofico*. XVII Encontro Regional de História. ANPUH/SP – UNICAMP. Campinas, 2004. CD-ROM.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: EDUNESP, 1993.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra - Bispos e Militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Evelyn Chaves. *Memória Esquecimento e imaginário social nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade*. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas, 2002. (dissertação de mestrado)

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e Família: as mulheres no golpe de 64*. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOARES, Gláucio Ary Dillon e D'Araujo, Maria Celina. (org) *21 anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco (1930-1964)*. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Brasil: de Castelo a Tancredo: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os Senhores das Gerais: Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

_____. *Os Militares: da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SWENSSON JUNIOR, Walter Cruz. *Os limites da liberdade*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 2007. (tese de doutorado)

WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo, o acerto de contas com os torturadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Fontes documentais:

Entrevista de Dona Amélia Molina Bastos. Como e onde Marcha a CAMDE. Entrevista concedida a Stella M. Senra Pollanah. In: *Livro de Cabeceira da Mulher*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, Vol. 5, p. 157-174.

A nação que salvou a si mesma. Revista Seleções do Reader's Digest. Suplemento Especial, novembro de 1964.

Folheto explicativo sobre a União Cívica Feminina. Sem data. Arquivo pessoal da autora.

Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Documento produzido pela União Cívica Feminina de São Paulo na ocasião da organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. São Paulo, 1964.

Mensagem de Natal. Entrevista com D. Leonor Mendes de Barros. Sem data. Arquivo da Rádio e Televisão Bandeirantes.

Relatório sobre a vida, atividades e títulos de dona Leonor Mendes de Barros, elaborado por dona Paulina Evelina Cervo, secretária de dona Leonor. Arquivo pessoal da autora.

Fundo Adhemar de Barros. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Pronunciamento de aniversário de 30 anos da União Cívica Feminina de São Paulo. Maria Paula Caetano da Silva. São Paulo, 1992.

Revista Família Cristã. Edições completas de 1962, 1963, 1964 e Março de 2007.

Jornal *Folha de São Paulo*, 19 de março de 1964.

Jornal *Folha de São Paulo*, 20 de março de 1964.

Jornal *Folha de São Paulo*, 26 de março de 1964.

Jornal *Folha de São Paulo*, 31 de março de 2004.

Jornal *Folha de São Paulo*, 19 de março de 2004.

Revista *O Cruzeiro*, fevereiro de 1964, paginação não disponível.

Entrevistas:

Maria Paula Caetano da Silva. Entrevista anotada pela autora na sede da UCF-SP em 11/12/2004.

Maria Paula Caetano da Silva. Entrevista gravada pela autora na sede da UCF-SP em 26/09/2006.

Maria Violeta Sousa Leite. Entrevista gravada pela autora na casa da entrevistada em 05/12/2006.

Maria de Barros Figueiredo Ferraz. Entrevista anotada pela autora no escritório da entrevistada em 11/01/2007.

Maria Violeta Souza Leite. Entrevista anotada pela autora na casa da entrevistada em 06/08/2007.

Maria Paula Caetano da Silva. Entrevista anotada pela autora na casa da entrevistada em 14/09/2007.

Amália Ruth Borges Shimidh. Entrevista gravada pela autora na casa da entrevistada em 25/09/2007.

Anexo A: Lista de entidades que aderiam à Marcha**Entidades Democráticas de São Paulo que aderiam à “Marcha da Família
com Deus pela Liberdade”**

Ação Brasileira de Cultura Democrática
Ala Paulista de Luta Anti-Tuberculosa
Aliança Democrática Brasileira
Aliança Eleitoral pela Família
Assistência Social “D. Leonor Mendes de Barros”
Associação dos Advogados Democratas
Associação Brasileira dos Criadores de Bovinos
Associação Casa do Pequeno Trabalhador
Associação Cívica Feminina
Associação Colméia
Associação Colsan
Associação de Combate ao Câncer
Associação Comercial de São Paulo
Associação Cristã de Moços
Associação Cruz Azul
Associação Cruz Verde
Associação das Damas de Caridade de São Vicente de Paula, de São Paulo
Associação das Enfermeiras do Hospital das Clínicas
Associação dos Estudantes Democratas
Associação de Estudos Pedagógicos e Sociais
Associação das Famílias Rotarianas de São Paulo
Associação Paulista de Assistência aos Doentes da Lepra
Associação Paulista dos Ex-Dirigentes Universitários
Associação Paulista de Propaganda
Associação Santa Terezinha
Associação Santo Agostinho

Associação das Senhoras Evangélicas
Associação dos Sorotimistas
Associação dos Veteranos de 1932 — MMDC
Bandeira Paulista Contra a Tuberculose
Bolsa de Mercadorias de São Paulo
Campanha de Educação Cívica
Centro Acadêmico Pereira Barreto
Centro Cívico de Cultura Política da Lapa
Centro do Comércio de Varejistas de Gêneros Alimentícios de São Paulo
Centro de Defesa Democrática
Centro Democrático das Domésticas do Jardim Paulista
Centro Democrático dos Engenheiros
Centro Democrático dos Engenheiros Agrônomos de São Paulo
Centro José Bonifácio
Círculo Operário Casa Verde
Círculo Operário CEDO – Lareira
Círculo Operário Central
Círculo Operário dos Empregados Domésticos do Itaim (Bibi)
Círculo Operário dos Empregados Domésticos do Jardim América
Círculo Operário dos Empregados Domésticos do Jardim. Europa
Círculo Operário dos Empregados Domésticos do Jardim Paulistano
Círculo Operário de Ermelino Matarazzo
Círculo Operário de Guaiaúna
Círculo Operário do Ipiranga
Círculo Operário de Jaboticabal
Círculo Operário da Moóca
Círculo Operário Nossa Senhora dos Remédios
Círculo Operário de Osasco
Círculo Operário da Penha
Círculo Operário de Pinheiros
Círculo Operário Santo Amaro

Círculo Operário de Tatuapé
Círculo Operário de Vila Ema
Círculo Operário de Vila Formosa
Círculo Operário de Vila Guilhermina
Círculo Operário Vila Hamburguesa
Círculo Operário de Vila Prudente
Círculo Operário Santana
Clube dos Lojistas de São Paulo
Commonwealth Relações Públicas
Confederação das Famílias Cristãs
Convívios — Sociedade Brasileira de Cultura
Cruz Vermelha Brasileira — Secção de São Paulo
Federação das Associações de Pais e Mestres
Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo
Federação dos Círculos Operários do Estado de São Paulo
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Fraterna Amizade Cristã Urbana e Rural — FACUR
Frente Anti-Comunista
Frente Estudantil do Estado de São Paulo
Grupo da Ação Católica
Grupo de Ação Patriótica
Instituto de Debates e Ação Social — IDEAS
Instituto de Formação Social — Curso de Liderança Sindical
Instituto de Pesquisas e Estatística Social — IPES
Instituto Universal do Livro
LAREIRA – Instituto a Serviço da Família
Legião Brasileira Anti-Comunista — LBAC
Liga da Ação Democrática
Liga Cristã Contra o Comunismo
Liga das Enfermeiras de São Paulo
Liga das Enfermeiras Voluntárias

Liga da Independência Democrática
Liga Independente pela Liberdade
Liga Operária Católica Femenina
Liga Operária Femenina
Liga do Professorado Católico
Liga do Professorado Paulista
Liga das Senhoras Católicas de São Paulo
Liga das Senhoras Católicas
Movimento de Arregimentação dos Estudantes Democráticos— MAED
Movimento de Arregimentação Feminina — MAF
Movimento Cívico Evangélico
Movimento Estudantil Democrático — MED
Movimento Estudantil de São Paulo
Movimento Presbiteriano Jardim das Oliveiras
Movimento de Resistência Acadêmica
Movimento Sindical Democrático
Oficinas de Caridade Santa Rita
Partido de Representação Acadêmica
Rêde Femenina da Associação Paulista de Combate ao Câncer
Rêde Independente Democrática
Sociedade Rural Brasileira
União Cívica Femenina
União Democrática e Assistencial — UNIDAS
União Independente Democrática

(“Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Documento produzido pela União Cívica Femenina de São Paulo na ocasião da organização da “Marcha” de São Paulo. São Paulo, 1964).

Anexo B: Prece a Anchieta

Venerável Apostolo Padre Anchieta: viemos de longe, viemos da nossa sementeira, quando curvado sobre o chão de Iperoig de Vitoria, de Piratininga, plantastes com a semente da fé a semente da pátria, que floresceu no turbilhão de cidades e de templos.

Vemos de longe. Vemos dos Palmares e dos Guararapes, viemos dos Arrecifes de Pernambuco e fomos trincheira, couraça e espada, guardando fronteiras, portos, praias e promontórios, impedindo os passos dos piratas e dos vendilhões da pátria.

Vemos de longe, trazemos na alma as lições de civismo, de patriotismo e de fé que ouvimos da boca de Vieira, de Nabuco, de Rui e de José do Patrocínio.

Trazemos no coração os poemas de Castro Alves e Gonçalves Dias, de Bilac e de Guilherme de Almeida, gritos de guerra santa, com que nossas mães nos embalaram com cantigas de ninar, plasmando as nossas almas, na coragem e na fé.

Vemos de longe, trazemos na nossa rotina, a imagem dos nossos heróis: Henrique Dias e Camarão, Osório e Caxias, os heróis do Forte e General Salgado, martires e guerreiros da pátria.

Vemos de longe, trazemos na nossa mente as lições e o exemplo dos construtores da nação, dos forjadores da ordem e da paz, dos missionários e dos bandeirantes, do Patriarca da Independência e do Regente do Império, dos Convencionais de Itu e do Conselho de 32. De Nóbrega e Anchieta, de Tibiriçá e Bartira, de Fernão Dias e Raposo Tavares, de José Bonifácio e Feijó, de Prudente de Moraes e Campos Sales, de Pedro de Toledo e Armando Sales de Oliveira.

Vemos de longe. Vemos do chão sagrado da Praça da República onde tombaram os primeiros mártires de 32 — Martins, Miragaia, Drauzio e Camargo — hóstias em holocausto da Constituição e das liberdades públicas. Somos pois as romeiras e peregrinas de Deus e da pátria.

Chegamos como uma monção impertérrita aos vossos pés de Apóstolo, fundeando neles as nossas âncoras de esperança, fundador e patrono da gens e da terra de São Paulo.

Trazemos em nossas mãos o estandarte com a cruz do Cristo que nos legou Cabral. Trazemos em nossas mãos as tábuas da lei de Deus plantada na terra de Santa Cruz por Frei Henrique de Coimbra.

Chegamos, ó Taumaturgo, para vos pedir a graça e a proteção, a coragem e o denodo, a fortaleza e a Unidade dos paulistas, para a áspera batalha que teremos de travar contra os novos piratas, contra os novos invasores e vendilhões da pátria. Contra os que, numa Cavalgada insolente, trazendo nas mãos bandeira rubra nazicomunista, com a cruz que não é a do Cristo e a foice e o martelo, tentam assassinar a alma da pátria destruindo a sua história, as suas tradições de ordem e de paz, a família e a fé.

Ouvimos estupefatas e estarecidas o grito de guerra e de morte que se levantou da turbamulta estipendiada do comício presidencial da Guanabara.

Por isso viemos aos vossos pés para vos suplicar: acordai a nossa gente e a nossa pátria, ó apóstolo de Piratininga despertai a consciência cívica e cristã da nossa juventude universitária e da nossa operosa classe obreira, redimi a tribuna do XI de Agosto, abraçai o coração de nossas mães, fortalecei os braços de vossos pais e de nossos esposos sustentai a fidelidade e a lealdade dos homens públicos, de nossos soldados e das nossas armas, à Constituição, à vocação histórica, às tradições cristãs e à paz da família brasileira.

Essas armas, nós as mães, matrizes da vida e da pátria, as pagámos com o suor e os sacrifícios de nossos trabalhos e dos trabalhos de nossos esposos, colocando-as nas mãos varonis de nossos soldados como sentinelas para garantirem a paz, a liberdade, a história e o nosso direito de viver, e não como instrumentos para garantirem a desordem e o assassinio de nossos filhos.

Guardai e iluminai, ó apóstolo de Piratininga a consciência e o zelo de nossos pastores, para que à imagem Santa do Divino Pastor dos Evangelhos, não se enfraqueçam e nem abandonem o rebanho e o redil de suas ovelhas frente aos lobos vorazes vestidos de cordeiros.

Dai-nos a paz e a ordem, convertei os maus e os opressores fazei que os justos e os dignos triunfem e que não sejam arrebatados das nossas mãos os estandartes da fé e da pátria.

De joelhos, ó apóstolo do Novo Mundo, nós suplicamos à Mãe de Deus, que é vossa Mãe e também nossa, Rainha do Brasil, a Virgem Aparecida, para que guarde e proteja nossas liberdades e a família brasileira, não permitindo que esta nação e seu povo se transformem em nação mártir e num povo oprimido, como as nações e os povos escravizados do brutal e ateu comunismo.

Que não nos aconteça, ó Mãe de Deus, encontrar novamente o vosso Divino Filho no caminho da dor, flagelado, coroado de espinhos e de cruz às costas, como as mulheres santas de Jerusalem ou como atualmente as mulheres mártires de Cuba, Polônia, Hungria e outras nações escravizadas, e termos que ouvir a sua voz cheia de amargura e de terrível solidão, clamando:

“Não choreis sobre mim, mas sobre vós, e vossos filhos” (Evang. Lucas 22, 23).

Sejam o nosso último grito de súplica e de esperança os versos do rei salmista David, recordados pela Igreja neste tempo litúrgico:

“Meus inimigos me dirigem palavras de paz; cheios de ódio, porém, me oprimem. Vós Senhor, bem o vedes, não fiquéis em silêncio, nem vos afasteis de mim” (Ps. 34-22.22).

Senhor, não me entregueis ao furor dos meus adversários; porque se levantam contra mim testemunhas falsas que só respiram violência (Ps. 26-12).

Senhor, apressai-vos em me socorrer. Sejam confundidos todos os que intentam males aos vossos servos (Ps. 69-2,3,4).

Levanta-te, Senhor, e faz-me justiça. Defende a minha causa, vibra a tua lança e corta o caminho aos que me perseguem”.

Ó taumaturgo Padre Anchieta, vós que domastes Cunhambebe de coração bruto e ferocidade de monstro, que acalmastes os vagalhões enfurecidos, afastai de nós a fúria impetuosa dos novos antropófagos da fé e da liberdade. Ajudai-nos a conseguir, ó apóstolo

do novo mundo, a nova paz de Iperoig, porque também hoje há nativos enganados que se aliam aos intrusos.

E que conseguida a paz, possamos nós, à sua imitação, cuidar dos neófitos dentro daquela inesgotável caridade, que foi a sua grande virtude entre os homens. Que sob os céus da pátria não tremulem outros pavilhões senão o da paz, o da fé e o das liberdades democráticas.

AMÉM

(“Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Documento produzido pela União Cívica Feminina de São Paulo na ocasião da organização da “Marcha” de São Paulo. São Paulo, 1964).

Anexo C: Revista Família Cristã

espôsa
mãe
e
anjo

Espôsa, mãe e anjo, deve ser o triplice apelativo cobiçado por tôda mulher. Apelativos que se resumem numa só palavra: amor.

Espôsa, é o amor que a torna inseparável do companheiro de existência, embora algumas vêzes a infidelidade ou a impiedade a martirize durante a vida.

Mãe é o amor mais puro que exista sôbre a terra. Mãe é a doação completa, sem reservas, heróica muitas vêzes, aos próprios filhos.

Anjo é também amor de um coração quase paradisíaco que sabe ver sempre no próximo a expressão e a imagem daquele que é a suma e a infinita Bondade

27
ATC

Conjunto de algodão azul escuro; saia lisa com frisos brancos.

Modelo «Gattinoni». Em lã Príncipe de Gales, o vestido tem a saia pregueada e um bolsinho aplicado ao busto liso. No bolsinho uma flor e ao pescoço um recorte branco.

Prático e ao mesmo tempo gracioso é este vestido, de algodão mesclado, abotoado na frente; o drapeado é preso aos lados.

Modelo em «tweed» leve, de lã, inteiro.

VOCE sabe, jovernzinha, qual a maior alegria da vida?
 É fazer o bem. No silêncio, na sombra, como o pequeno raio da lua. Já pensou que também você pode fazer o bem? Já olhou a seu redor para ver se alguém necessita de seu auxílio? Já procurou tornar-se útil a alguém?

Há tanto bem a fazer! O mundo está para se renovar e deve ser renovado no espírito de Jesus Cristo.

Olhe quantos operários a evangelizar, crianças a educar, pobres a socorrer, ignorantes a instruir. Milhares de almas gritam, imploram, talvez inconscientes, sedentas de água que não têm, porque mais triste e mais fatal que a ruína das casas, tem sido nestes últimos tempos, a ruína das consciências.

Queria você permanecer inerte?

Não desejaria levar ao grande edifício o seu tijolo, mesmo pequenino?

Fazer bem! A quem?

A todos.

A começar por quem?

Pelos mais próximos: sua família, seu ambiente de trabalho, seu bairro, sua paróquia... O essencial é que você tenha esta aspiração: valorizar sua juventude fazendo o bem.

G. Saffirio

Capa da Revista Família Cristã, outubro/1962.

Revista Família Cristã, Janeiro/1962:18.

Revista Família Cristã, Março/1963:18.

Revista Família Cristã, Maio/1963:18.

O amor nascido
de modo íntimo
no coração
de duas pessoas,
dá origem à família,
a célula da sociedade.
Elevado por Cristo
à dignidade
de sacramento,
o matrimônio,
mais do que
um fato social,
tornou-se
um mistério de graça.
Primeiro fim
do matrimônio
é a continuação da vida.
Deus
torna suas criaturas
participantes
do mistério
da fecundidade
e coloca nelas
a sacrossanta
fonte da vida.

O MATRIMÔNIO

Revista Família Cristã, 1964: 14.

Revista Família Cristã, 1964: 15.

Revista Família Cristã, Janeiro/1964: 18.

Revista Família Cristã, Agosto/1964: 06.

Padre Peyton em Comício Realizado em São Paulo em 16 de agosto de 1964. Revista Família Cristã, Outubro/1964: 5.

Em nome de Nossa Senhora, quero agradecer à "FAMÍLIA CRISTÃ" por ter colaborado tão eficazmente na Cruzada do Rosário e ajudado assim Nossa Senhora a atrair as famílias do Brasil, levando-as a crer, amar e viver tudo o que encerra o lema da Cruzada: "A família que reza unida permanece unida".

Nossa Senhora vive, Ela é real, Ela é sensível. Portanto, é certa a sua resposta ao vosso pedido.

De minha parte, com minhas missas e minhas orações, retribuo o vosso apoio à Cruzada.

Padre Patricio Peyton C.S.C.

Dedicatória do Padre Peyton para a Revista Família Cristã. Revista Família Cristã, Outubro/1964: 5.

Anexo D: Marcha da Família com Deus pela Liberdade

“Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, São Paulo, 19 de Março de 1964. CANNABRAVA FILHO, 2004: 162.

“Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, São Paulo. 19 de março de 1964. Folha de S. Paulo—20/03/1964.

“Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, Santos. 24 de março de 1964. Folha de S. Paulo, 26/03/1964.

“Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, São Paulo, 19 de março de 1964. A primeira-dama do Estado de São Paulo, dona Leonor Mendes de Barros (ao centro), os deputados Herbert Levy (último à direita) e Cunha Bueno (penúltimo à dir.) e o professor Valdemar Ferreira (à esquerda). Folha de S. Paulo, 20/03/1964.

Anexo E: Dona Leonor Mendes de Barros

Dona Leonor Mendes de Barros
Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo Adhemar de Barros.

Dona Leonor e Adhemar de Barros em campanha para governador em 1962. CANNABRAVA FILHO, 2004: 88.

Dona Leonor em distribuição de presentes à crianças pobres no natal de 1964.
CANNABRAVA FILHO, 2004: 209.

Adhemar de Barros e dona Leonor no Hospital Matarazzo, 1965. CANNABRAVA FILHO, 2004: 210.